

-----ATA N.º 7-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----Aos vinte e nove dias do mês de novembro de 2018, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1 - Proposta n.º 34/AM/2018 – Votos, moções e recomendações;-----
- 2 - Proposta n.º 35/AM/2018 - Informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do município;-----
- 2.1 - Informação sobre competências delegadas:-----
- 2.1.1 - Proposta n.º 36/AM/2018 – Tomada de conhecimento de cedência de parcelas de terreno para afetação ao domínio público;-----
- 2.1.2 - Proposta n.º 37/AM/2018 - Tomada de conhecimento de contratos de delegações de competências e de acordos de execução revogados e celebrados;-----
- 3 - Proposta n.º 58/CM/2018 - Fixação da taxa do IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis, respeitante ao ano de 2018 a cobrar em 2019;-----
- 4 - Proposta n.º 59/CM/2018 - Fixação da taxa variável do IRS, respeitante aos rendimentos de 2018 a cobrar em 2019, a que os municípios têm direito em cada ano:-----
- 5 - Proposta n.º 60/CM/2018 – Autorização à Câmara Municipal de Torres Vedras, para lançamento de uma derrama, a cobrar no ano de 2019, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas;-----
- 6 - Proposta n.º 61/CM/2018 - Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2019, prevista na Lei das Comunicações Eletrónicas;-----
- 7 - Proposta n.º 62/CM/2018 – Tomada de conhecimento dos Relatórios e Contas – 1.º Semestre 2018 – Câmara Municipal de Torres Vedras e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras;-----
- 8 - Proposta n.º 63/CM/2018 – Documentos Previsionais para 2019 do Município de Torres Vedras - Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal;-----
- 9 - Proposta n.º 64/CM/2018 – Alteração ao Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras;-----
- 10 - Proposta n.º 65/CM/2018 – Documentos Previsionais – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2019 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras;-----
- 11 - Proposta n.º 66/CM/2018 - Autorização genérica para atribuição de apoios às freguesias;
- 12 - Programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos – Art.º 178.º da proposta

da lei do Orçamento de Estado para 2019. -----

---- 12.1 - Proposta n.º 43/AM/2018 – Tomada de conhecimento - Ofício do presidente da Câmara Municipal,-----

---- 12.2 - Proposta n.º 44/AM/2018 – Apreciação do programa -----

---- 13 - Proposta n.º 67/CM/2018 – Programa Revitalizar e Rejuvenescer (PR2); -----

---- 14 - Proposta n.º 68/CM/2018 – Alteração ao Regulamento de Horários de Estabelecimentos Comerciais e Serviços do município de Torres Vedras; -----

---- 15 - Proposta n.º 69/CM/2018 – Alteração ao Regulamento de Estacionamento, Cargas e Descargas, e Remoção de veículos Abandonados do município de Torres Vedras; -----

---- 16 - Proposta n.º AM/38/2018 - Designação de efetivos e suplentes para diversos órgãos em representação da Assembleia Municipal;-----

---- 17 - Proposta n.º AM/39/2018 – Adesão do Município à Associação Nacional das Assembleias Municipais;-----

---- 18 - Proposta n.º AM/40/2018 – Assembleia Municipal Jovem;-----

---- 19 - Comissão de Saúde-----

---- 19.1 - Proposta n.º AM/41/2018 – Apreciação do relatório; -----

---- 19.2 - Proposta n.º AM/42/2018 – Proposta de Transformação da Comissão Eventual em Comissão Permanente de Saúde; -----

----20 - Proposta n.º 70/CM/2018 – Tomada de Conhecimento - Anulação do Contrato - Empréstimo de longo prazo para financiamento de obra de requalificação do Parque Municipal de Santa Cruz- 1ª fase, até ao montante de € 300.000,00; -----

----21 - Proposta n.º 71/CM/2018 - Empréstimo de longo prazo para financiamento de obra de requalificação do Parque Municipal de Santa Cruz- 1ª fase, até ao montante de € 440.806,45; -----

----22 - Autorização para repartição de encargos:-----

----22.1 - Proposta n.º 72/CM/2018 - Empreitada para a construção do Campo Desportivo do Parque Municipal de Santa Cruz – Concurso Público; -----

----22.2 - Proposta n.º 73/CM/2018 - Empreitada para reabilitação do espaço público envolvente aos Bairros Floresta, Reis e Barreto – PARU08 (Programa Operacional Regional do Centro, Portugal 2020 e União Europeia, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional); -----

----22.3 - Proposta n.º 74/CM/2018 – Aquisição de gasolina e gasóleo para a frota de veículos e máquinas do município de Torres vedras, em postos de abastecimentos públicos, a celebrar ao abrigo do acordo quadro n.º 5/2017 – ID 2643529 da CC-Oeste;-----

----22.4 - Proposta n.º 75/CM/2018 – Empreitada de reabilitação de edifício para instalação da Porta do Bairro – PAICD.2 (Programa operacional regional do centro Portugal 2020 e União Europeia, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional); -----

-----22.5 - Proposta n.º 76/CM/2018 – Empreitada, em lotes, para reabilitação de edifícios referentes aos núcleos C, D, E e F) – PAICD.4 – Programa Municipal de habitação social – fase 2 (Programa operacional regional do centro Portugal 2020 e União Europeia, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional);-----

-----22.6 - Proposta n.º 80/CM/2018 – Empreitada de reabilitação e ampliação de edifício – PAICD.01 – “Somos Comunidade” (Programa operacional regional do centro Portugal 2020 e União Europeia, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional);-----

-----23 - Proposta n.º 77/CM/2018 - Autorização para assunção de compromissos plurianuais - SMASTV – Empreitada de Obras Públicas – Emissário do Vale da Azenha; -----

-----24 - Proposta n.º 78/CM/2018 – Delimitação da Área de Regeneração Urbana da cidade de Torres Vedras - TVD79: -----

-----25 - Proposta n.º 79/CM/2018 – Retificação ao projeto de estatutos da associação de direito privado Smart Farm Colab - Laboratório Colaborativo para a Inovação Digital na Agricultura; -----

-----Presidiu o Sr. José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário).-----

----- Estiveram presentes os seguintes membros:-----

-----Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida Henriques, Ana Paula Santos Mota, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luís Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins e Artur Alexandre Santos Narciso.-----

----- Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Srs. Vereadores, Marco Henrique Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Maria João Pinho Ribeiro e Cláudia Horta Ferreira.-----

-----Teve início o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

**APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:**-----

-----O Sr. Presidente da Mesa colocou à votação as atas n.º 4 de 26 de abril e 2 de maio e n.º 5 de 19 e 20 de junho de 2018, tendo a Assembleia Municipal, aprovado por unanimidade o texto definitivo das atas apresentadas.-----

**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**-----

DOCUMENTO 1:-----

-----Ofício número 12422, de 28 de novembro de 2018, da Câmara Municipal de Torres Vedras, a dar conhecimento que em sua reunião de 13/11/2018 aprovou a minuta do protocolo a celebrar com o município de Leiria, o qual tem como finalidade formalizar um acordo entre os dois municípios para colaboração com meios próprios na constituição de uma rede alargada centrada no conhecimento, arte e cultura, e disponibilização de estruturas e agentes próprios para preparação e a apresentação do programa da candidatura do município de Leiria a Capital Europeia de Cultura em 2027.-----

DOCUMENTO 2:-----

-----E-mail do grupo parlamentar do PCP, de 14 de novembro a remeter propostas de alteração ao orçamento de Estado para 2019, referentes a aquisição de bens objeto de contratação/locação, código do imposto municipal sobre imóveis, transferência de património edificado, pagamento das autarquias locais, serviços municipalizados e empresas ao serviço nacional saúde e sobre a não atualização da contribuição para o audiovisual.-----

DOCUMENTO 3:-----

-----E-mail do Grupo Parlamentar do PCP, de 19 de novembro, a enviar propostas de alteração ao orçamento de estado para 2019, sobre legionella, código do IVA, rede de centros de recolha oficial de animais, programa de apoio para atualização dos fundos documentais e para a renovação das coleções das bibliotecas públicas, reposição do programa de itinerâncias culturais e afetação das verbas dos prejuízos de seguro do sistema municipal de proteção civil.-----

DOCUMENTO 4:-----

-----E-mail do Grupo Parlamentar do PCP de 21 de novembro, a remeter cópia da proposta de alteração ao orçamento de Estado para 2019 – art.º 178.º - Programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos.-----

DOCUMENTO 5:-----

-----E-mail do grupo Parlamentar do PCP de 25 de setembro, a remeter resposta do governo à pergunta sobre carências nas empresas regionais do setor das águas.-----

DOCUMENTO 6:-----

-----E-mail do grupo parlamentar “Os Verdes”, de 2 de outubro a remeter projeto de resolução que recomenda ao governo que os nós de acesso às autoestradas sejam iluminados.-----

DOCUMENTO 7:-----

-----E-mail do grupo parlamentar “Os Verdes” de 18 de setembro, a enviar projeto de resolução que recomenda ao governo a necessidade de revisão do rácio de auxiliares de ação educativa na escola pública que foi agendada no dia 20 de setembro para discussão na sessão plenária da Assembleia da República.-----

DOCUMENTO 8:-----

-----E-mail de Miguel Regada, de 25 de setembro a dar conhecimento que o seu projeto no orçamento participativo de Portugal passou à fase de votação com o número “669 – Descobrir Portugal fotografando as suas regiões”.-----

-----O Presidente da Mesa informou que ao abrigo do art.º 78.º da Lei 169/99, de 18709, na sua atual redação, em substituição de Maria Manuela Pacheco, estava presente Artur Narciso.-----

-----De seguida deu a palavra ao público, que ao abrigo do art.º 38.º do Regimento da Assembleia, se tinha inscrito para intervir.-----

**PARTICIPAÇÃO PÚBLICA:**-----

-----O munícipe **Jorge Manuel Soto Maior Costa**, começou por dizer que fazia esta intervenção por considerar ter sido posta em causa a sua postura enquanto cidadão interveniente nesta assembleia e nas reuniões públicas da Câmara municipal.-----

-----Referiu que relacionado com o não assunto que o traz, verificou que a última ata disponível é a da sessão Comemorativa do 25 de Abril e gostaria de saber a razão.-----

-----Deu nota que na Assembleia Municipal do dia 24 de setembro último, foi surpreendido, pelo facto de após a sua intervenção, a Vereadora Ana Umbelino se ter socorrido do previsto no n.º 5, do art.º 31 do Regimento para intervir e, alegadamente, defender a sua honra, como se a sua honra tivesse sido, de facto, por si enovelhada, devido a um e-mail que lhe enviou.-----

-----Assim, solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que o referido e-mail, fosse distribuído a todos os membros da Comissão Permanente de Líderes de forma a que possa ser verificado o seu conteúdo, nesse contexto.-----

-----Disse que não podia ficar indiferente a tamanha calúnia que denegriu a sua imagem de cidadão e participante na vida pública, ainda para mais a Vereadora Dra. Ana Umbelino, fez-se porta voz dos seus colegas Vereadores Hugo Lucas e Marco Claudino, como se também a eles tivesse ofendido-----

-----Disse que a Vereadora o acusou de não ter respeito pelos eleitos, interrogando-se se terá faltado ao respeito com a petição que efetuou e as propostas que apresentou.-----

-----Assegurou que irá continuar a debater-se pelas suas ideias, nomeadamente, no que acredita ser melhor para o Centro Histórico de Torres Vedras onde vive há 57 anos e a cujo definhamento tem assistido ao longo dos anos sem que alguma coisa de estrutural seja feito para inverter a situação, antes pelo contrário.-----

-----Referiu ainda que na última reunião pública da Câmara Municipal em Varatojo, tomou conhecimento que finalmente vão ser ouvidas as pessoas sobre o que se pretende fazer na Praça Machado Santos, saudando essa iniciativa e espera que seja devida e atempadamente divulgada como, aliás, solicitou através da petição aqui entregue em 27 de Abril e que esta seja a primeira de outras iniciativas do género, porque, por muitos pareceres técnicos que suportem as decisões políticas, são as pessoas quem sofre as consequências, veja-se o caso da alteração ao trânsito no Largo de S. Pedro. -----

-----O **Sr. Presidente da Mesa**, no que respeita às atas da assembleia municipal assinalou que há efetivamente algum atraso, quando o desejável é que sejam disponibilizadas antes da sessão seguinte. Tem sido o caso nos últimos tempos, por insuficiência de recursos humanos, mas pensa que será brevemente encontrada uma solução. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**DESCENTRALIZAÇÃO/MUNICIPALIZAÇÃO:**-----

-----O Município **Rui Matoso**, fez uma pequena exposição sobre o assunto em título, começando por referir ser sobejamente conhecido que o mundo contemporâneo, inclusive no seio da União Europeia, enfrenta diversos riscos relativos ao crescimento do autoritarismo, do populismo e dos neofascismos, os quais são hoje uma evidente ameaça ao Estado de Direito Democrático, importando saber se em Portugal o poder local continua a corresponder aos desígnios da democracia instaurada pelo 25 de Abril, passados 42 anos do contrato social firmado entre a sociedade civil (o povo português soberano) e o Estado, na Constituição da República Portuguesa.

-----Para quem se questiona sobre a qualidade da vida democrática nos municípios portugueses, a situação é deveras preocupante, e já desde há muito tempo. -----

-----Deu nota de um estudo científico publicado esta semana pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, que revela uma quase ausência dos cidadãos na fiscalização da ação do executivo municipal e conclui que a participação eleitoral nas eleições autárquicas tende a ser sistematicamente baixa em Portugal, o que dá menos legitimidade ao poder local.-----

-----Deu nota ainda de um conjunto de conclusões de alguns investigadores e estudos científicos que são totalmente contrário ao que afirma o Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, que na ultima edição do boletim municipal (outubro, 2018) afirma que «a descentralização faz parte do código genético do municipalismo e, ao contrário da tendência da administração central, no se radica no desejo de obter o poder apenas pelo poder e pelo controlo...». -----

-----Neste contexto, Torres Vedras é um caso de estudo da eternização no poder de um único partido político, ou seja, 44 anos de Partido Socialista, interrogando-se como se consegue e quais os efeitos na qualidade da democracia participativa. -----

-----Teceu algumas considerações no que se refere à política de descentralização, com a

aprovação da Lei n.º 50/2018, onde podem verificar o tom autoritário e obviamente anticonstitucional, de certas expressões utilizadas, sendo mais grave quanto a trata da cultura, no artigo 15.º, alínea c), onde pode ler-se que é da competência dos órgãos municipais “executar o controlo prévio de espetáculos...” , considerando infeliz esta expressão e questionando desde quando, em democracia, o Estado executa o controlo de iniciativas culturais -----

----- Considera ainda mais grave o facto destas palavras de ordem nem sequer terem lógica ou adesão à realidade no atual contexto administrativo da responsabilidade da Inspeção-Geral das Atividades Culturais, que contradiz, e bem, a linguagem autoritária herdada do antigo regime. -----

----- Para concluir, e uma vez que tem responsabilidades enquanto docente de políticas culturais, questionou o executivo municipal, se os agentes culturais e em particular as companhias de teatro, serão obrigadas a sujeitar previamente os seus espetáculos ao escrutínio do “Lápis Azul” desta autarquia, que poderá ou não autorizar a sua realização.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**NOVO SITE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia** deu nota que o novo site da Assembleia Municipal já se encontra a funcionar e distribuiu a todos os membros informação sobre o mesmo.-----

----- O **Sr. Rui Lopes** saudou a entrada em funcionamento do site, na certeza que se trata de uma ferramenta fundamental para tornar o órgão deliberativo cada vez mais participativo e próximo da população. -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

**AUTARCAS PORTUGUESES:** -----

----- O **Sr. António Carneiro** interveio no sentido de dar nota de um estudo feito pela Universidade do Minho sobre os concursos nas autarquias que foi divulgado na televisão com uma linguagem ofensiva para os autarcas portugueses pois fizeram uma seriação das autarquias em função da percentagem maior/menor que têm de concursos públicos e não de adjudicações diretas, dando entender que o excesso da contratação direta sem concurso público é um convite à corrupção. ----

----- Lamentou que um anátema destes seja levantado aos autarcas do país por “cientistas sociais” que não conhece. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que hoje em dia há estudos para tudo, mas a tranquilidade do autarca está em poder cumprir a legislação que está em vigor. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**SEGURANÇA PÚBLICA:** -----

----- O **Sr. Luís Carlos Lopes** reportou-se à deliberação do executivo municipal de dia 28 de agosto último, em que aprovou a cedência a título de empréstimo da viatura Ford Fiesta à Polícia de Segurança Pública de Torres Vedras, para referir que ainda hoje de manhã presenciou agentes

da PSP transportarem-se num veículo de 1998. -----

---- Referiu também que não lhe parece que seja muito digno de um concelho como Torres Vedras, tendo presente as questões de segurança, que ultimamente ocorrem. -----

---- Na sequência desta intervenção e no que se refere à falta de segurança em Torres Vedras, a **Sra. Ana Fiéis** alertou para as agressões contínuas que se verificam à noite entre jovens, na zona do centro histórico. -----

---- No que se refere a ocorrências o **Sr. Presidente da Câmara** informou que teve 4 registos nos últimos tempos, referindo o assalto à CGD, a uma sapataria que também teve o vidro partido dias mais tarde e vandalismo nas alcatifas das ruas do centro histórico, que foram reportados no âmbito do Contrato Local de Segurança. -----

---- Estas ocorrências estão a ser investigadas, quer a PSP quer pela judiciária, mas no seu entender não revelam falta de segurança extrema, embora causem alguma preocupação que de imediato reportou à tutela. -----

---- Sabe das dificuldades da PSP a nível de agentes e de viaturas, mas tem conhecimento que no início de 2019 está previsto a renovação da frota. Também está previsto recrutamento de mais agentes, quer para a GNR quer para a PSP. -----

---- Conclui referindo que todos têm que trabalhar para melhorar estes rácios, na certeza que há situações que não conseguem controlar, mas estão atentos. -----

---- O representante do Bloco de Esquerda, **Sr. João Rodrigues**, interveio para felicitar o edil por ter mudado de opinião sobre a segurança no centro histórico, do qual já tinha deixado alguns alertas neste plenário, tendo a resposta sido de que tudo estava bem. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**FESTAS DA CIDADE – 27 DE OUTUBRO A 11 DE NOVEMBRO:** -----

---- O **Sr. Rui Lopes** referiu-se às Festas da Cidade, que tem trazido cada vez mais animação à cidade e que este ano contou com a novidade de levar as merendas de acordeões às freguesias, que as receberam com muito agrado. -----

---- Foi também com agrado as adegas do concelho receberam as eliminatórias, agregadas, da prova Rainha das Vindimas, enquadradas no evento Torres Vedras e Alenquer Cidade Europeia do Vinho 2018. -----

---- Saliu que o Pavilhão Multiusos da Expotorres, acolheu, de 27 de outubro a 11 de novembro, 13 tasquinhas, que são momentos muito importantes para todas as associações do concelho em termos de receitas e onde puderam deliciar-se com os sabores da gastronomia regional. -----

---- Lembrou que este ano, as entradas para o Pavilhão Multiusos foram pagas, sendo o bilhete diário 1€, o kit individual de 5€ e o kit de família 10€, decisão que o grupo municipal do PS

considerou ser um fator diferenciador, tendo em conta o investimento feito nos exaustores que tornaram o ambiente melhor, assim como possibilitou a contagem das entradas no recinto que contabilizaram 20 mil visitantes. -----

---- Muito mais poderia ser dito, mas neste momento importa realçar o todo trabalho feito pela autarquia na realização deste evento, e o grupo municipal do PS saúda e enfatiza o executivo pela audácia na mudança do programa. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que estão a fazer avaliação com todos os parceiros para aferir como correu a 15.ª edição destas festas, este ano com algumas alterações, para poderem refletir sobre esses dados e agradeceu aos presidentes de junta e às associações e a todos os que colaboraram na organização do evento que muito os honrou. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**DECRETO – LEI 100/2018 DE 28 DE NOVEMBRO:** -----

---- **A Sra. Rita Sammer** deu nota que no dia anterior foi publicado o normativo em título, que concretiza as transferências de competências para os órgãos municipais das vias de comunicação, questionando como compagina esta matéria com o orçamento de estado, no que diz respeito à descentralização. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** assentiu que alguns dos diplomas setoriais sobre a descentralização de competências do Estado para as autarquias locais já foram publicados e irão analisar cada um deles para ver os direitos, obrigações e a componente financeira associada. -----

---- No seu entender esta descentralização irá ser um modelo importante para promover uma melhor qualidade de vida dos cidadãos. -----

---- A nível dos serviços já nomeou uma equipa de trabalho que irá apresentar um relatório sobre cada área, para ser presente aos órgãos da autarquia. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**PROJETO PRAÇA MACHADO SANTOS - ABATE DE ARVORES:** -----

---- **A Sra. Rita Sammer** solicitou ao edil que fizesse o ponto de situação do projeto em título. -----

---- O **Sr. João Rodrigues** interveio no sentido de afirmar que o Bloco de Esquerda, força partidária que representa neste órgão, não esquece o abate de árvores que a autarquia fez na Praça Machado Santos e junto ao Hospital de Torres Vedras e questionou se está previsto o abate de mais árvores no perímetro urbano da cidade e em caso afirmativo, quais. -----

---- Ainda sobre a Praça Machado Santos lembrou que o edil disse na sessão de 27 de fevereiro de 2018, que o projeto urbanístico seria realizado no presente ano, e tendo em conta que esta é última sessão deste ano, gostaria de esclarecimentos sobre o mesmo. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que tinham algumas ideias, para a requalificação urbana desta praça e no dia 29 de janeiro iriam partilhá-las numa sessão pública, para o qual estavam

todos convidados.-----

----No que se refere às árvores deu nota que a gestão do património arbóreo é um trabalho em permanência e tomam as decisões que entendem necessárias, para garantir segurança de pessoas e bens. Custa-lhe dar indicações para abater árvores, mas lembra que ainda esta semana distribuíram 3.000 aos torrienses e plantaram mais de 500.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**RECOLHA SELETIVA:**-----

----A **Sra. Rita Sammer** lembrou que ficou no ar a possibilidade de adesão a uma associação para o serviço em título, questionando o ponto de situação, tanto mais que agora que saíram dados sobre a reciclagem em Portugal. -----

----O **Sr. João Rodrigues** questionou se o executivo municipal considera justo o preço de €25,00 para recolha dos “monstros”, que desincentiva a população de utilizar este serviço, que opta por deixar o lixo na rua. -----

----O autarca da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vaza** alertou que na freguesia que preside ninguém está a fazer a recolha seletiva e que a recolha dos “monstros” também não está a funcionar, uma vez que são os serviços da junta que retiram o que fica depositado junto dos contentores do lixo, mas que recomeça novamente no dia seguinte e pensa que a autarquia tem que encontrar outra solução, que não esta. -----

----Em resposta à deputada Rita Sammer o **Sr. Presidente da Câmara** disse estar a ser desenvolvido um projeto e em 2019 vão ser mais incisivos nas escolas. -----

----Segundo os indicadores que tem, os valores da recolha seletiva nas várias vertentes têm vindo a aumentar em 2018, quer com projetos específicos quer com o aumento da rede de ecopontos que reforçaram significativamente neste ano. Os indicadores são bem melhores do que em 2016 e 2017, mas sabe que ainda há muito trabalho pela frente. -----

----No tocante aos “monstros” informou que o valor cobrado resulta dos encargos associados à deslocação e de serem necessárias duas pessoas e uma viatura. -----

----Deu nota ainda que têm boas experiências de trabalho nesta vertente, feito em conjunto com algumas freguesias. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**EDIFÍCIO JUNTO AO MERCADO MUNICIPAL:**-----

----O **Sr. Pedro Castelo** questionou sobre novas diligências e avanços que tenham sido feitas nas negociações sobre o edifício em título, que está parado há já algum tempo, sabendo que foi um processo difícil e que já vem atrás. -----

----Enquanto esta questão não está resolvida, inquiriu sobre as previsões da autarquia para que a Rua Coronel João Luís de Moura tenha um pavimento melhor de forma a minorar a circulação de

todo o trânsito automóvel nesta via. -----

----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que estão a trabalhar para resolver o problema, e já fizeram reabilitação do pavimento a poente, mas ainda têm que fazer mais alguns melhoramentos

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ABRIGO PASSAGEIROS - EN 8 /BARRO/ENTRADA DA CIDADE:** -----

----A **deputada Teresa Oliveira** lembrou que na sessão anterior, quando deu nota do assunto em título, o edil respondeu que os serviços estavam a estudar a melhor solução com vista a melhorar a segurança, questionando qual o ponto de situação. -----

----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que estão em obra a relocalizar a paragem em causa antes das instalações da ACRAL e vão criar ali uma bolsa de estacionamento de longa duração que possibilitará também o descongestionamento do trânsito no interior da cidade.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**TERRENO NA SERRA DA VILA:**-----

----A **Sra. Teresa Oliveira** lembrou sobre um estudo que o Sr. Presidente da Câmara disse a autarquia estava a fazer para uns terrenos que comprou na Serra da Vila, inquirindo se já tem alguma ideia para o local. -----

----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que a junta de freguesia da cidade está a elaborar um projeto.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PASSADEIRAS NA CIDADE:** -----

----A **Sra. Teresa Oliveira** alertou que as passadeiras em Torres Vedras estão mal iluminadas, solicitando a devida atenção da autarquia para a necessidade de reforço, evitando assim que haja tantos problemas. -----

----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que existem algumas passadeiras que para além da iluminação pública também têm projetores, sendo uma avaliação contínua que os serviços fazem.

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**MOBILIÁRIOS DOS JARDINS:** -----

----A **Sra. Teresa Oliveira**, fez notar que era a terceira vez que alertava neste plenário que o mobiliário existente no Parque Verde da Várzea está em péssimo estado. -----

----O **Sr. Presidente da Câmara** assentiu que estão em falta, mas as condições meteorológicas não têm ajudado, e os pintores estão a trabalhar no parque de estacionamento do edifício multisserviços, mas o parque verde da várzea não está esquecido. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PASSAGEM PEDONAL:**-----

----A **Sra. Teresa Oliveira** também alertou que a via pedonal sobre a via rápida precisa de

manutenção, quer na parte das madeiras quer dos metais. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu a indicação.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PASSADEIRAS VERMELHAS – ILUMINAÇÃO - EPÓCA NATALÍCIA:** -----

---- O **Sr. João Rodrigues**, tendo tido conhecimento que as alcatifas vermelhas que vão ser instaladas pela cidade este ano vão ter um custo de €10,50/m, questionou se a autarquia, sabendo do descontentamento dos comerciantes relativamente a algumas políticas e alguma quebra nas vendas, consideram esta medida razoável.-----

---- A **Sra. Marta Gerales** lembrou que há dois anos criticou a falta de iluminação de Natal, a falta de dinamismo na cidade, a árvore de Natal que este ano está posicionada em frente ao edifício da Câmara Municipal, a animação e também as passadeiras, pois achava que estavam a prejudicar o comércio tradicional, tendo perguntado então, se havia comerciantes de primeira e de segunda -----

---- Este ano tem que dar os parabéns à autarquia pois sente-se que as pessoas gostam de andar na cidade, apreciando a iluminação noturna, os lojistas estão mais alegres e esperançados. Tem muito mais iluminação nas ruas e tinha que dar os parabéns pelo esforço. -----

---- Espera que nos próximos anos se possa alargar o perímetro até ao hospital.-----

---- A deputada municipal **Ana Fiéis** concordou que a iluminação de natal da cidade está bonita e muito melhor, mas questionou se não há mais músicas natalícia disponível porque a que se ouve parece quase fúnebre e qual o critério que subsiste à colocação das colunas, no sentido de saber se a musica é para ser ouvida na rua ou dentro dos escritórios. -----

---- O **Sr. Sérgio Jacinto** interveio no sentido de registar que a cidade está mais bem iluminada nesta quadra natalícia. Crê que muitos estão expetáveis com a esperada reabertura dos espaços ao trânsito, que o centro histórico fique mais bem frequentado e com mais atratividade para os cidadãos. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** deu nota que o valor das alcatifas foi acordado com a ACIRO. --

---- Agradeceu a intervenção da deputada municipal Marta Gerales e quanto à questão da seleção musical pensa que se trata de uma questão de gosto, mas anotou a observação.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**COMISSÃO MUNICIPAL DA PROTEÇÃO CIVIL:**-----

---- O **Sr. Celso Carvalho**, presidente de junta da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo e representante das juntas de freguesia do concelho designado pela assembleia municipal em 27 de fevereiro último, nesta comissão, pediu a palavra para fazer um balanço da época dos fogos florestais do concelho em 2018.-----

---- Assim, deu nota que ocorreram no concelho apenas 130 incêndios florestais e rurais,

salientando que em média nos últimos dez anos ardiam 100ha e no corrente ano arderam apenas 30ha e que felizmente que corpo de Bombeiros Voluntários de Torres Vedras não saiu do concelho, nem do nosso distrito. -----

---- Deu nota que ainda há muito trabalho feito pela autarquia, em conjunto com os bombeiros e a GNR e lembrou que nas freguesias fizeram sessões de sensibilização para alertar sobre esta temática, tendo sido realizadas à noite, com os técnicos camarários. -----

---- Referiu ainda que nem todas as pessoas gostaram das notificações que a Câmara municipal fez, e foi aos presidentes de junta a quem em primeiro lugar se dirigiram para reclamar, mas que valeu a pena passarem por isso, lembrando que o facto de só terem ardido 30ha não é alheio o facto de terem investido na prevenção e de terem um dos melhores corpos de bombeiros do país.

---- Para terminar disse que a Câmara Municipal, os Bombeiros e a GNR estão todos de parabéns e é um orgulho para o concelho de Torres Vedras. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** aproveitou para agradecer o trabalho que foi feito na floresta pelos senhores presidentes de junta, e que contribuíram para que o modelo de prevenção que utilizam, tenha sido o mais eficiente possível. -----

---- A Assembleia municipal tomou conhecimento. -----

**PEDREIRA DE BORBA:** -----

---- O **Sr. Nuno Henriques** aludindo ao trágico acidente que ocorreu na pedreira em Borba, dirigiu-se ao edil pedindo que garantisse que não existe no concelho nenhuma estrada, obra de arte ou ponte em perigo iminente, que tenha conhecimento. -----

---- No seu entender é preciso prevenir e não remediar, sendo importante que os cidadãos saibam com o que podem contar e que estão seguros mesmo sabendo que há improváveis. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que tem dificuldade de lutar contra a natureza mas que a autarquia periodicamente faz avaliação às infraestruturas do concelho e faz um trabalho preventivo. Contudo face à dimensão do território e tendo presente as forças da natureza, não consegue garantir o que o deputado municipal pretende. É um concelho seguro, mas ninguém está livre dos imprevistos. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**EN9 - REABILITAÇÃO URBANA:** -----

---- A **Sra. Ana Paula Mota** questionou se o edil tem conhecimento de quando se iria iniciar a obra, uma vez que os perigos nesta estrada se multiplicam no Inverno. A estrada não está marcada, não se vê a delimitação e o pavimento do troço da empresa Jorge Pires até à Carvoeira dá ideia que se está a partir. -----

---- Disse ainda que seria bom que a Câmara Municipal utilizasse as ARUs (área de reabilitação urbana) consagradas no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana - Decreto-Lei n.º 370/2009, de

23/10, nas freguesias, sobretudo as do interior. Deu nota que na freguesia da Carvoeira, os núcleos urbanos mais antigos estão muito degradados, e necessitam de melhorias que poderiam ser importantes, no sentido de incentivar que mais jovens venham a fixar-se. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que tem a indicação que as obras da via em título se irão iniciar no primeiro trimestre de 2019. -----

---- No que se refere às áreas de reabilitação urbana, esclareceu que a próxima fase abrangerá todas as freguesias. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **RECOLHA DE RSU - LIMPEZA:** -----

---- A **Sra. Ana Fiéis** deu nota ainda que na zona Industrial de Arenas, na Rua Luís Vaz de Camões existem muitas empresas que se queixam que não há recolha do lixo e não há limpeza nas ruas seguramente há mais de um ano. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** tomou nota para averiguar. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:** -----

---- O **Sr. Sérgio Jacinto** fez notar que a autarquia tem um gabinete de apoio ao invisual, sugerindo que pudesse ser alterado para apoio a pessoas com deficiências, não só invisual, mas também, designadamente às pessoas surdas, que estariam mais bem apoiados na sua vida quotidiana, quando têm que se deslocar a outros serviços públicos. -----

---- Lembrou que a sessão da assembleia que está a ser transmitida on-line também podia ser para legendada para pessoas que não podem ouvir. Há aplicações informáticas para o efeito sendo um desafio que lança para o futuro. -----

---- Por último questionou se poderia ser reaberta a porta do edifício municipal que dá acesso à Rua Princesa Benedita, que facilitaria a vida a muitos cidadãos que circulam entre o espaço do cidadão e este edifício e talvez facilitasse a mobilidade. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que a autarquia possuiu um balcão da inclusão que trabalha todas as outras áreas e que a abertura da porta aludida pelo deputado é impossível por razões de segurança. -----

---- No tocante à emissão online disse que os serviços estavam a analisar orçamentos e programas de tradução para essas pessoas, que julga ser um passo importante para os dois órgãos. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **FREGUESIA DE PONTE DO ROL:** -----

---- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** lembrou que o ano está a terminar e em jeito de balanço disse que se não fosse o facto do presidente da junta não ser

remunerado e de alguém ter oferecido um espaço para a junta funcionar, teriam saldo negativo. ---  
---- Tal como na sessão anterior lembrou que a freguesia que preside, entregou mais de 500 mil euros de IMI ao concelho e em sua defesa, não se vai calar enquanto tiver os valores que atualmente tem para se orientar. -----

---- Igualmente como na sessão anterior, reportou-se aos trabalhos que a EDP, SMAS, e outras entidades, fazem que deviam ser presididos de algum critério, uma vez que a junta nunca tem conhecimento e por vezes acontecem situações anómalas, e os fregueses é na junta que vêm reclamar.-----

---- Deu nota que a EDP abalroou a base de um caixote do lixo, e quando questionados disseram que tinham dado indicação à Câmara para mudar o caixote, mas à junta nada foi dito. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que o autarca tinha razão no sentido de que os serviços camarários tinham obrigação de informar a junta dos licenciamentos a nível do subsolo.-----

---- Quanto à referência que fez à receita do IMI, lembrou que hoje a Ponte do Rol pode orgulhar-se de ter vários equipamentos de referencia que muitas freguesias ainda não têm e os investimentos que a Câmara Municipal tem feito nesta freguesia visam esse equilíbrio, o que procuram fazer diariamente.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

---- Teve início o Período da Ordem do Dia. -----

#### **1 - PROPOSTA N.º 34/AM/2018 – VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES:**-----

---- O Sr. Presidente da Mesa informou que, daria a palavra aos proponentes, para a leitura dos votos que tinham chegado aos serviços, nos termos regimentais, a incluir neste ponto.-----

#### **VOTO DE PESAR - CARLOS MANUEL RIBEIRO DA CUNHA:**-----

---- Tomou a palavra o **Sr. António Carneiro** que leu o voto de pesar que a seguir se transcreve:

---- “Proponho um voto de pesar pelo falecimento de Carlos Ribeiro da Cunha. -----

---- Foi sócio fundador da Associação de Defesa e Divulgação do Património Cultural onde desenvolveu no terreno, importante trabalho. -----

---- Funcionário dedicado do Sector de Cultura e Turismo da Câmara Municipal com quem tive o privilégio de privar. -----

---- Torres Vedras 29 de novembro 2018-----

---- António Carneiro”-----

---- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, deliberou, por unanimidade, mandar lavrar em ata, o voto de pesar apresentado, pelo falecimento de Carlos Manuel Ribeiro da Cunha, tendo observado um minuto de silêncio em sua memória.-----

#### **VOTO DE PESAR – JOSÉ AGOSTINHO CARVALHO VICENTE:**-----

---- O líder da bancada do CDS-PP, **Sr. Pedro Castelo** apresentou o seguinte voto de pesar:

-----“Faleceu recentemente, José Agostinho Carvalho Vicente, antigo Presidente da Junta de Freguesia de Runa.-----

----- Foi Presidente da Junta de Freguesia de Runa entre 1998 e 2005.-----

----- Foi nosso Colega nesta Assembleia Municipal no mesmo período.-----

----- Homem de causas, serviu os seus eleitos sem receios ou constrangimentos.-----

----- Na hora do seu desaparecimento, respeitamos a sua figura com este voto de pesar, e um minuto de silêncio em sua memória.-----

----- Torres Vedras, 26 de novembro de 2018-----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS-PP.”-----

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, deliberou, por unanimidade, mandar lavrar em ata, o voto de pesar apresentado pelo falecimento de José Agostinho Carvalho Vicente, tendo observado um minuto de silêncio em sua memória.-----

**VOTO DE SAUDAÇÃO – 43 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975:**-----

----- O deputado municipal **João Pedro Gomes** leu o voto de saudação que se transcreve:-----

----- “Comemorou-se recentemente, o 43.º aniversário do 25 novembro, movimento que conteve a ala de radical do Movimento das Forças Armadas, apoiada pela extrema-esquerda, e determinou a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional português, na senda da consolidação do processo democrático iniciado pelo 25 de Abril.-----

----- O “25 de novembro”, ato singular e irrepetível da nossa história, marca indelevelmente o fim da transição revolucionária.-----

----- O povo português soube, não sucumbindo às manobras táticas e estratégicas de uma franja radical da sociedade portuguesa, que podiam ter resvalado numa guerra civil, rejeitar uma visão autocrática e redutora de Portugal. O povo português conseguiu, com firmeza, romper com a ditadura de 40 anos e aceitar um caminho diferente, que nos salvou de uma nova ditadura, desta vez de sinal contrário.-----

----- Essa viragem foi decisiva para que Portugal aceitasse pluralmente uma continuidade exemplar na política de integração europeia e ocidental. Com efeito, este entendimento vigorou, nos últimos quarenta e três anos, e foi partilhado pela esmagadora maioria do povo português.-----

----- Neste contexto, importa salientar o contributo dos partidos democráticos e a resistência indómita de muitas figuras de relevo, que permitiram que Portugal fosse hoje um país democrático, prestigiado, aberto e tolerante, integrado na União Europeia, em pleno desenvolvimento.-----

----- É sob o signo dessa unidade feita pela história que assinalamos, uma vez mais, o dia que garantiu o caminho pacífico e democrático do nosso povo.-----

----- Alguns poderão achar que esta evocação é supérflua, outros pugnarão por assinalar este momento como um dia de liberdade e democracia.-----

----- Foi também graças a este dia que no ano a seguir, em 1976, tivemos as primeiras eleições democráticas no poder local. E hoje aqui estamos, nesta Assembleia.-----

----- Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 29 de novembro de 2018, que: -----

----- Aprove um voto de saudação dedicado a todos aqueles que, em 25 de Novembro de 1975, colocaram novamente Portugal na senda da Democracia, da Paz e da Liberdade iniciada a 25 de Abril de 1974.-----

----- Dar solene testemunho da nossa gratidão a todos os que souberam, com notável aprumo militar e grande coragem moral, cumprir o seu dever, bem como prestar comovida homenagem àqueles que tombaram em defesa da liberdade. -----

----- Torres Vedras, 26 de novembro de 2018-----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS-PP”-----

----- Aberta a discussão, pediu para intervir a líder da bancada do PCP, **Sra. Teresa Oliveira** no sentido de salientar que todos sabem que o “25 de novembro” não foi um acontecimento isolado e veio da sequência do chamado “verão quente”. Não foi pacífico. Foi um golpe militar contrarrevolucionário para por fim às conquistas do 25 de abril. -----

----- Não foi uma tentativa, como diz o voto, de evitar uma possível guerra civil e havia um governo provisório para defender os interesses do povo e do 25 de abril. -----

----- Lembrou que aqui no Oeste, após o 25 de novembro, houve incêndios e assaltos às sedes em Torres Vedras, na Lourinhã e no Cadaval e o PCP vai votar contra este voto de saudação. -----

----- O **Sr. António Carneiro** começou por dizer que não vai esmiuçar o “25 de novembro” e que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente, pois está de acordo com o que de essencial ressalta do documento. -----

----- Esteve pessoalmente envolvido e compreende a posição do PCP, já que não foi um ato popular, mas o “25 de abril” também foi um golpe de estado, sendo o chamado “movimento dos 9” que esteve por trás do mesmo. Lembrou que foi Mário Soares esteve à cabeça de uma manifestação na Fonte Luminosa, uma das maiores até hoje existe em Portugal. -----

----- O **Sr. João Pedro Gomes**, assinalou que de facto o PS foi fundamental no 25 de novembro, e Portugal deve muito ao PS neste contexto.-----

----- O objetivo é assinalar esta data e o PCP pode fazer as considerações ideológicas que entender e que respeitam, mas com as quais não concordam. Obviamente que é condenável os referidos assalto às sedes, mas não há umnexo de casualidade com o 25 de novembro.-----

----- Frisou que o que existiu foi a purificação dos ideais de abril, e era importante que o país voltasse aos eixos do que foi o 25 de abril, já que estavam a caminhar para uma ditadura de esquerda.-----

----- O **Sr. Nuno Henriques**, tal como o colega António Carneiro não subscreve na íntegra o voto de saudação, mas também considera importante esta data. -----

----- Quando a colega fala das sedes assaltadas também podem ver quantas casas e terras foram tomadas de assalto, quantas indústrias deixaram de existir porque a extrema esquerda estava a tomar o país. Também não podem esquecer o papel do primeiro presidente da República eleito, o General Ramalho Eanes na consolidação da democracia. O 25 de abril é importante, mas o 25 de novembro também foi e por isso deve ser celebrado sempre. -----

----- Concluiu dizendo que a sua consciência política começou nesse dia porque foi atingido por uma das bombas das FP 25. -----

----- O Representante do TnL, **Sr. Sérgio Jacinto** disse que esta data é indissociável do General Ramalho Eanes. -----

----- Também não se revê nalgumas expressões do voto de saudação, mas é uma data que tem que ser assinada e não tem sido devidamente recordada e assinalada pelo estado português de algum tempo a esta parte. -----

----- O **Sr. Luís Carlos Lopes** frisou que a colega Teresa Oliveira só contou metade da história. ---

----- Lembrou que tinha 12 anos mas sentiu o tal famoso “verão quente”. Não lhe deixavam brincar no quintal e depois do 25 de novembro os seus avós acolheram em sua casa muitos filhos de Camaradas da colega Teresa Oliveira. A sua família teve terras ocupadas, não pagavam nada e só conseguiram reaver em 1980 por decisão do tribunal. -----

----- O 25 de novembro clarificou o 25 de abril e foi aclamado pela sua família. Por isso 25 de abril e 25 de novembro sempre. -----

----- O **Sr. António Moreira** especificou que no dia 25 de novembro estava em Portalegre e lembra-se de um membro do PS, Eng.º Lopes Cardoso, ter sido atirado por uma janela. -----

----- Também acha que a manifestação na fonte luminosa foi impressionante, marcou o retorno aos ideais de abril e nunca mais vai esquecer este dia. -----

----- A Assembleia Municipal, aprovou, por maioria, com 36 votos a favor e 3 votos contra o Voto de Saudação – 43 anos do 25 de novembro de 1975. -----

----- Anota-se que votaram contra BE e PCP e estava ausente da sala Paulo Valentim. -----

**RECOMENDAÇÃO – AEROPORTO COMPLEMENTAR DE LISBOA (PORTELA+1) – MONTIJO VERSUS OTA:** -----

----- Tomou a palavra o **Sr. António Carneiro** que fez uma pequena apresentação da recomendação em título e que a seguir se transcreve na íntegra: -----

----- “Desde a década de 60 que se desenvolveram estudos no sentido da construção de um novo Aeroporto Internacional de Lisboa, face ao constrangimento da Portela (hoje Aeroporto Humberto Delgado), quer pela dimensão, quer por, entretanto ter sido “envolvido” pela cidade. -----

----- E desde sempre foi a Base Aérea da Ota a resposta encontrada face à localização (perto de Lisboa, mas mais central em relação ao território nacional), vias de acesso e até dimensão da pista existente. -----

----- Em 2008 o XVIII Governo Constitucional, face a novos estudos e interesses económicos, decide uma nova localização para o Campo de Tiro de Alcochete, numa altura em que já enormes investimentos se posicionavam no eixo Alenquer/Azambuja (Plataforma logística internacional, Parque Temático sobre os Descobrimentos e o maior resort golf da Europa).-----

----- Em 2011 o XIX Governo, confrontado com a situação financeira internacional e a intervenção da “Troika” adia “sine die” o novo aeroporto e procura uma solução complementar que permita evitar rotura da Portela a médio prazo, facto que as estatísticas bem demonstravam, nesse sentido se decidindo pela Base Aérea do Montijo no que chamou de “solução Portela +1” com objetivo, sobretudo, de ali colocar as Companhias “low cost” cujo interesse crescente por Lisboa era manifesto. -----

----- 7 anos volvidos (os números o demonstram) todas as estatísticas foram pulverizadas, o que tem provocado, em picos de acesso turístico, um verdadeiro caos na Portela, incontáveis incumprimentos de horários e (segundo alguns Operadores Turísticos) cancelamentos de reservas.

Muito recentemente é divulgado um estudo de impacto ambiental chamando a atenção para um duplo gravíssimo problema: o impacto negativo sobre as aves do estuário e, mais grave, o impacto reconhecidamente perigosíssimo, destas sobre as aeronaves. -----

----- Em recente entrevista ao semanário Expresso o Senhor Ministro do Ambiente, questionado, afirmava que o estudo “tinha algumas lacunas como o impacto dos aviões na avifauna que poderiam ditar uma avaliação negativa”, não referindo a inversa, como o estudo indica e acima refiro. Perguntado se se consegue “dizer uma data aproximada de quando o primeiro passageiro irá aterrar no Montijo responde: “não consigo de forma alguma. Não tenho a mais pequena noção da extensão temporal das obras...”-----

----- Está, em tudo isto, indisfarçavelmente presente a questão ambiental.-----

----- Ora, porque não é de uma solução para um novo Aeroporto de Lisboa (Alcochete mantém-se na política aeroportuária do atual Governo), porque não voltar a colocar a OTA (hoje, até, uma Base Aérea desativada enquanto tal) como o novo “Portela +1”? -----

----- Além do mais, essa localização permite apoiar todo um desenvolvimento do território a norte do Tejo (Montijo ou Alcochete terão sempre essa barreira), indo ao encontro da tão propalada intenção governamental de fixação de empresas no interior centro. A velha aspiração de Leiria-Fátima de abrir Monte Real (negada pela Força Aérea) ao tráfego civil (solução abundantemente encontrada em Espanha, tendo a Galiza 3 aeroportos!) ficava também, assim, resolvida. Mesmo o

eixo turístico Estoril-Cascais-Sintra, sairia beneficiado (CREL-A5). -----

---- Proponho, pois, que se envie esta recomendação à CIM-Oeste (e sua Assembleia Intermunicipal), às AM's e CM's do Oeste, da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo e das NUT III da Região Centro. -----

---- Que se transmita esta “solução OTA” ao Senhor Primeiro Ministro, aos Ministérios da Economia, do Ambiente e das Infraestruturas, bem assim como à Comunicação Social nacional e regional e principais organizações empresariais dos territórios mencionados. -----

---- Torres Vedras 29/11/2018” -----

---- O proponente da moção solicitou que o edil e os colegas que representam a assembleia na OesteCIM levassem este assunto à discussão, lembrando da união que já existiu no Oeste sobre esta matéria e faz-lhe confusão que tenha sido posta de lado. Deu nota ainda que há problemas graves de segurança e ambientais com o Montijo, não se sabe quando começam as obras e também sabe que já há voos cancelados para Lisboa -----

---- O **Sr. Pedro Castelo** disse que Torres Vedras estava de olhos postos nesta questão porque de facto Lisboa é circundada por quatro bases aéreas, Montijo, Sintra, Alverca e Ota, que na altura parecia ser a solução ideal. -----

---- Agora começa a haver um impasse em relação ao Montijo que ninguém sabe como vai resolver para além de atrasos significativos. Se nada for feito, o turismo em Lisboa pode sofrer declínio rápido e acentuado e acha que o Oeste se devia organizar e tomar medidas. -----

---- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos e favor e 2 abstenções aprovar a recomendação em título. -----

---- Anota-se que se abstiveram António Moreira e João Rodrigues e estava ausente da sala Carlos Gomes. -----

**RECOMENDAÇÃO – PELA JUSTA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS COMPENSATÓRIAS:** -----

---- Foi dada a palavra à líder da bancada do PSD, **Sra. Rita Sammer** para apresentar a recomendação em epígrafe:-----

---- “Considerações:-----

---- 1. Atualmente, é consensual que os municípios e as freguesias, embora assumam natureza de autarquias locais distintas e de igual dignidade, têm, na realidade, condições para atuação muito diversas;-----

---- 2. Com efeito, a autonomia financeira das Freguesias face aos Municípios é diminuta, dependendo, em grande parte, da delegação de competências, e conseqüentes transferências financeiras, que os órgãos municipais estejam dispostos a efetuar;-----

---- 3. Esta realidade, transversal a todo o País, no tem paralelo na relação Governo-Municípios, porquanto a Lei prevê, para além de transferências do Orçamento do Estado para os Municípios,

que as receitas de vários impostos sejam destinadas, integral ou parcialmente, aos orçamentos municipais, nomeadamente: IMI, IMT, IRS, IUC;-----

----4. Também a nível de financiamento, hoje, as Freguesias são um verdadeiro parente pobre da realidade autárquica. No podem contrair empréstimos para realização de obras e o acesso a fundos comunitários é quase nulo. Diferentemente, os Municípios, e em especial os que se encontram — como é o caso de Torres Vedras — integrados nas Regiões de convergência, são elegíveis para financiamento a título no reembolsável de várias centenas de milhões de euros;-----

----5. Também ao nível económico e urbanístico, só ao Município é permitido a aprovação de taxas a aplicar a empresas e particulares pelo desenvolvimento da sua atividade económica ou da construção/reconstrução das suas habitações;-----

----6. Todo o edifício fiscal acima referido pode justificar-se pelas próprias competências que às autarquias — municípios e freguesias — se encontram atribuídas e qualquer mudança de fundo no pode deixar de ter lugar através de alteração legislativa;-----

----7. Há, no entanto, outras receitas do Município que no têm que ver diretamente com as competências exercidas pela Câmara Municipal, mas que esta recebe integralmente;-----

----8. A título de exemplo, a Câmara Municipal de Torres Vedras recebe, há vários anos, receitas resultantes da licença de aerogeradores —vulgo moinhos eólicos;-----

----9. No quadro infra demonstra-se as rendas dos Parques Eólicos Arrecadadas em 2017, as orçamentadas para 2018 e as que se encontram na Proposta de Orçamento para 2019:-----  
2017- €674.563,52, 2018 - €674.500,00, 2019 - €674.500,00.-----

---- 10. No que se refere à localização, e de acordo com informação prestada pela própria Câmara Municipal, e de acordo com quadro que consta dos documentos da sessão, a relação é a seguinte – valor pago em 2017 - €674.563,52 e valor pago em junho de 2018 – € 399.767,79.-----

---- 11. No se trata de património do município, mas sim de uma renda legalmente exigida às entidades produtoras de energia, no valor de 2,5% do seu produto;-----

---- 12. Esta renda resulta, conforme indicado no próprio diploma legal, da “necessidade da valorização local da disponibilidade desses recursos, associado necessidade de salvaguardar os interesses do mais favorável ordenamento e gestão do território, com desta que para as zonas sensíveis do ponto de vista ambiental” e da “conveniência de refletir uma repartição dos benefícios globais que lhe são inerentes a nível nacional e local”;-----

---- 13. Ora na prática verifica-se que as implicações negativas que um Parque Eólico gera são absorvidas pelo território e população do lugar/Freguesia onde está instalado, enquanto os benefícios compensatórios são integralmente arrecadados pelo Município;-----

---- 14. Outra matéria que merece reflexão refere-se às operações de loteamento e em especial às cedências para áreas para espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas e

equipamentos. Nestas situações, para além das taxas de licenciamento que à Câmara Municipal, e bem, cabe arrecadar, a lei prevê a obrigatoriedade de os titulares preverem nos seus projetos urbanísticos áreas a ceder para utilização da comunidade. Sejam eles áreas verdes ou de utilização coletiva, equipamentos ou infraestruturas;-----

----- 15. Trata-se de urna compensação para que a qualidade de vida naquele território no seja colocada em causa pela sobrecarga gerada pelo loteamento;-----

----- 16. Ora, esta compensação é efetuada naquele território em concreto, naquele lugar, naquela freguesia, mas, e é a lei que o determina, caso no seja possível a cedência das áreas acima referidas é devida uma compensação financeira à Câmara Municipal, que pode, ou no, alocar essas receitas para os territórios que “sofrem” com o impacto gerador da compensação. -----

----- 17. Para 2019, o montante previsto arrecadar pela Câmara Municipal a este título ascende a €163 .700.00-----

----- Face ao exposto, vem o Grupo Municipal do PSD expor e propor que a Assembleia Municipal recomende Câmara Municipal o seguinte: -----

----- 1. Para as receitas que resultem de compensações importa fazer coincidir o mais possível a “compensação” à localização do “dano” merecedor dessa mesma restituição financeira; -----

----- II. No que se refere aos aerogeradores, os impactos negativos são sentidos no território e pela população das freguesias ande estes equipamentos se encontram instalados;-----

----- III. Numa perspetiva global da afetação de receitas, há que considerar que o benefício financeiro correspondente s rendas pode e deve ser alocado de forma equilibrada entre as várias freguesias;

----- IV. Assim, recomenda-se que a Câmara Municipal afete 50% das rendas do Parque Eólico para projetos a realizar nas freguesias onde as mesmas se encontram instaladas, distribuídos de forma proporcional a essa mesma instalação; -----

----- V. No que se refere à compensação financeira pela não cedência de áreas verdes e de utilização coletiva, equipamentos e/ou infraestruturas, recomenda-se que a Câmara Municipal afete integralmente o montante recebido para projetos a efetuar na freguesia ande o loteamento se encontra;-----

----- VI. Mais se recomenda que estes projetos sejam efetuados sob proposta e em articulação com as Juntas de Freguesias.” -----

----- Tomou a palavra o autarca da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vaza** referindo que apesar de não ter eólicas na freguesia que preside, interveio para manifestar o seu acordo com o princípio, pois entende que nas freguesias onde existem receitas extras, estas devem reverter a seu favor. Na Ponte do Rol existem indústrias que movimentam muitas pessoas e essas receitas podiam servir para criar melhores condições de vida. -----

-----Pensa que este assunto devia ser discutido entre as freguesias e o Executivo Municipal, mas defende o princípio.-----

-----O **Sr. Sérgio Jacinto** felicitou os subscritores da recomendação em discussão, que está bem redigida e bem fundamentada e tem lógica perceptível e adequada.-----

-----Disse que ao longo dos anos tem verificado que as juntas de freguesia se deparam com orçamentos exíguos e acabam por fazer muito do seu trabalho ao abrigo de protocolos que celebram com o município.-----

-----Assim parece-lhe que o documento em análise estabelece um princípio interessante de atribuir receitas próprias às freguesias, designadamente aquelas que acabam por ter o dano com estes aerogeradores, no sentido de quem tem o incomodo também tem que retirar o benefício.-----

-----Assim, esta moção merece o seu voto favorável.-----

-----O **Sr. Jacinto Leandro** manifestou opinião contrária, fazendo notar que esta recomendação a ser aprovada, alteraria a previsão orçamental e as regras de distribuição de verbas pelas freguesias.-----

-----Anotou também que o legislador, não entendeu que é uma receita da junta, entendeu que é uma receita da Câmara e olhando para a questão dano/benefício, fez notar que o dano da Serra da Archeira é nas outras freguesias e não no Turcifal que beneficiaria.-----

-----A ser assim, as freguesias que não têm indústrias ou energia eólicas não tinham receitas, e nesse sentido a Câmara tem um papel fundamental em zelar pelo equilíbrio na distribuição das receitas pelas freguesias.-----

-----Reforçou que a proposta abordada na recomendação traria algumas injustiças.-----

-----Disse ser simpático o PSD trazer uma recomendação para que a Câmara Municipal afete 50% das rendas, mas questionou a razão de não ser mais ou menos percentagem. O grupo municipal do PS não concorda e estariam à partida a aprovar uma recomendação que poderia suscitar algumas reclamações.-----

-----Lembrou ainda que grande parte dos licenciamentos das eólicas estão a acabar, uma vez que foram limitadas no tempo e tudo iria ser posto em causa. Não é o mais correto para levar justiça às freguesias.-----

-----O **Sr. Pedro Castelo** disse que o CDS-PP vê com muito bons olhos a recomendação em causa e irão votar a favor. Não têm qualquer problema com as questões orçamentais referidas pelo interveniente anterior, já que a questão pode ser superada com revisões orçamentais.-----

-----Lembrou que estão a falar de uma proposta sobre uma renda de 600 mil, o orçamento para 2019 é de 58 milhões e a proposta representa 0,5% do orçamento da autarquia, percentagem que faz mais falta às freguesias.-----

-----Na sua opinião, uma vez que há freguesias que não têm indústrias nem moinhos a proposta

poderia ser melhorada e poderia incluir um fundo de compensação e de solidariedade entre freguesias, para que as que não tivessem, pudessem também auferir. -----

-----A **Sra. Ana Paula Mota** interveio no sentido de dar os parabéns ao PSD pela apresentação deste do documento, com o qual o grupo municipal do PCP está de acordo e vão votar a favor. ----

-----A **Sra. Rita Sammer** relativamente às aludidas regras orçamentais disse que iriam discutir mais à frente. -----

-----Das palavras do colega Jacinto Leandro reteve e não compreende bem, qual é o medo de dar poder às freguesias. Já por várias vezes tem sido dito neste plenário que são os órgãos das freguesias que melhor conhecem a realidade das populações e como tal são eles que melhor aplicam as verbas, mas agora, neste caso, deixou de ser verdade.-----

-----Com a possibilidade que a Câmara municipal tem de compensar as outras freguesias, não percebe qual é o medo de deixar que os presidentes de junta eleitos, que conhecem melhor o território, possam decidir bem e aplicar ainda melhor. -----

-----Relativamente à alusão ao medo o **Sr. Jacinto Leandro**, disse que defende que as juntas têm todas as condições de decidir e aplicar as verbas em defesa dos interesses das populações, e também defende que os seus orçamentos têm que ser maiores, mas também defende que tem que haver equilíbrio na distribuição de verbas e as que não têm nada, têm os mesmos direitos. ----

-----Considera que têm que esperar por uma descentralização que está perto de acontecer e parece-lhe que estão a ver esta recomendação como se fosse a salvação. -----

-----O grupo municipal do PS não vai aprovar agora, estão de acordo com o princípio, com a forma e os números não. -----

-----O **Sr. Nuno Henriques** lembrou que em todo mundo, até existem compensações por autoestradas que passam nos territórios, e para umas coisas querem compensações e para outras não. As juntas de freguesia não podem ser os parentes pobres dos municípios. -----

-----O **Sr. Pedro Vasa** frisou que se trata de uma questão de princípio e sendo verdade que a Câmara municipal faz as transferências através dos protocolos, o problema é que têm só os valores fixos destes protocolos e nada mais. -----

-----O **Sr. António Carneiro** fez notar que o problema desta recomendação é transmitir à Câmara a percentagem que deve ser afetada.-----

-----Assinalou que as eólicas por cima de Figueiredo, são do Turcifal, mas estão no limite que é Runa e se cumprirem a recomendação será difícil definir esta questão. Gostaria de votar a favor, se os pontos 4 e 5 tivessem outra redação. -----

-----De novo no uso da palavra a **Sra. Rita Sammer** anotou que o que estava em cima da mesa é uma questão de princípio. Hoje as eólicas amanhã uma questão qualquer.-----

-----Disse ainda já ter ficado demonstrado o “alfinete” que significa em termos de orçamento e

solicitou ao PS que então indique a percentagem que acham adequada. Não lhe parece bem estarem a fazer uma recomendação vaga. -----

---- Sobre esta temática o Presidente de Junta do Ramalhal, **Sr. António Espírito Santo**, lembrou que desde há vários anos que é discutida e a freguesia que preside também é muito industrial, e não sabe se há instrumentos para fazer essas medições. -----

---- Concorda que as verbas para as freguesias são de facto insuficientes, e deviam ser reforçadas, equitativamente. -----

---- Em resposta à deputada Rita Sammer **o Sr. Jacinto Leandro** disse que deviam recomendar sem qualquer valor. -----

---- O autarca de Maxial e Monte Redondo, **Sr. Celso Carvalho** classificou o documento de habilidoso, e deixa 11 dos 13 presidentes de junta em posição delicada para votar. -----

---- Lembrou que todos sabem que no próximo ano irá ter início o processo de descentralização. --

---- Com esta recomendação não sabe como irão ficar as freguesias com praias, mas sem eólicas, e devia tratar as freguesias por igual. Esta questão devia ser vista após a descentralização, mas no seu entender seria mais justo aumentar o orçamento para as freguesias com um valor fixo anual. -----

---- A terminar as intervenções sobre este assunto a **Sra. Rita Sammer** disse que as propostas que o PSD faz na assembleia municipal não visam o PS, visam Torres Vedras e os torrienses. O 25 de abril foi há 44 anos e nas assembleias municipais os representantes dos partidos devem poder votar livres e sem amarras, reforçando que é uma questão de princípio que deviam agarrar, e querem que a recomendação seja posta à votação. -----

---- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 20 votos contra, 15 votos a favor e 5 abstenções não aprovar a recomendação em título. -----

---- Anota-se que votaram a favor, BE, PCP, CDS-PP, PSD e TnL, abstiveram-se António Fortunato, Leonor Marinheiro, Celso Carvalho, Francisco Martins e João Tomaz. -----

---- Declaração de voto - José Augusto de Carvalho. -----

---- “Voto contra, porque há luz daquilo que são os critérios que gostariam e não estão a ser aplicados no contexto europeu, à luz da experiência extremamente egoísta dos líderes da Catalunha, eu não concordo com situações de balcanização do ponto de vista financeiro, e portanto entendo que deve haver critérios objetivos que levem a uma distribuição equilibrada de mais receitas pelas juntas de freguesia, mas não nesta relação dando benefício que é muito discutível e depois às tantas coloca-se, como aqui se aludiu, a algumas freguesias que supostamente não têm danos.” -----

---- “Declaração de voto – António Carneiro: -----

---- Voto contra pelo facto de se proporem critérios objetivos, para não dizer matemáticos, que

reforçariam o desequilíbrio entre freguesias, aumentando um fosso de capacidade financeira. -----  
----- Discutir os princípios em que deve assentar o reforço das receitas às Juntas de Freguesia, sim.” -----

## **MOÇÃO - FORMAÇÃO RODOVIÁRIA PARA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO.** -----

----- O deputado municipal **Sérgio Jacinto** fez uma breve apresentação do documento em título: --  
----- “Considerando que os números da sinistralidade rodoviária continuam a espelhar uma situação preocupante com graves repercussões a nível socioeconómico e familiar, estando o principal fator de risco intimamente ligado com a competência, os comportamentos e as atitudes cívicas dos utentes enquanto utilizadores da infraestrutura rodoviária; -----

----- Considerando que atuar cedo junto dos mais novos, fazendo da Educação Rodoviária uma estratégia por excelência é a chave para um futuro mais seguro e livre do flagelo da sinistralidade; -----

----- Considerando também que toda a comunidade deve ser sensibilizada para a importância da Educação Rodoviária no sentido de contribuir para o desenvolvimento e interiorização de comportamentos solidários na prática rodoviária, especialmente as crianças e os jovens enquanto peões e ou futuros condutores, rentabilizando as potencialidades das tecnologias de informação e comunicação na promoção de hábitos e comportamentos seguros e -----

----- Considerando ainda que a eficácia na implementação dos princípios da Educação Rodoviária implica um esforço e uma ação concertada de todos — Entidades Públicas) Privadas e Sociedade Civil). -----

----- O(s) cidadão(s) abaixo-assinado(s), na sua qualidade de membro(s) da Assembleia Municipal de Torres Vedras, decidem recomendar ao Executivo Municipal que tome as medidas necessárias para a construção de um circuito rodoviário de aprendizagem num dos parques da Cidade com uma pequena estrutura de apoio. -----

----- Torres Vedras, 29 de novembro de 2018. -----

----- Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto.” -----

----- O proponente disse que nada melhor do que começar de pequenino a educar para a sã convivência na rodovia, deixando ao critério do executivo o concelho já que a cidade tem espaços verdes, e infraestruturas que poderiam ser adaptadas de uma forma equilibrada do ponto de vista económico/financeiro com um pequeno circuito e pequena estrutura de apoio. -----

----- O Presidente de Junta da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vaza**, manifestou o seu acordo com o recomendado na proposta em título, ressalvando o facto de não se fazer na cidade de Torres Vedras. -----

----- O deputado municipal **António Carneiro** concorda que se tem de começar pela escola, e gostaria de saber se o executivo municipal tem algumas ações planeadas sobre esta matéria, e o

que se está a fazer ao nível das escolas. -----

----A propósito desta matéria a **Sra. Rita Sammer** informou que foi lançado o Portal da Prevenção Rodoviária, com uma iniciativa que começou na escola da Conquinha, em que os alunos trabalham estes conteúdos em contexto escolar e pedagógico, com resultados muito positivo, sendo a ideia de alargar aos outros agrupamentos, -----

----Deu nota ainda que na altura foi montado transitoriamente uma pequena estrutura para treino, mas construção de um circuito rodoviário de aprendizagem num dos parques da cidade seria uma mais valia. Há complementaridade com o que é feito na escola no âmbito da cidadania e desenvolvimento-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que de facto só assim faz sentido.-----

----Deu nota ainda que lançaram o portal “júnior seguro” que está a dar os primeiros passos no território, para passar a todo o território nacional. O índice de sinistralidade nos jovens tem vindo a aumentar, e este portal é importante em conjugação com a sensibilização que é feita ao longo do ano através de programas e ações que é feito nas escolas, tais como o “ISA Passadeiras” e “Ir a pé para a escola”-----

----Por último disse que um equipamento desta natureza requer uma equipa dedicada, mas estão alinhados com a preocupação manifestada na recomendação e a trabalhar nesta área.-----

----A Assembleia municipal deliberou, por maioria de 25 votos a favor, 4 votos contra e 6 abstenções aprovar a moção em título.-----

----Anota-se que votaram contra PCP, António Carneiro e Nelson Aniceto e se abstiveram BE, Paulo Valentim, Francisco Rodrigues, António Espírito Santo, Natalina Luís e João Tomaz.-----

----Estavam ausentes Francisco Branco, Pedro Vaza, Leonor Marinheiro, Nuno Pinto e Nuno Cosme.-----

## **2 - PROPOSTA N.º 35/AM/2018 - INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:**-----

----Presente informação referente à atividade do município de 6 de setembro a 21 de novembro de 2018, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documentos referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores a 20.11.18 regista € 1.091.294,75 e o saldo de tesouraria € 4.828.689,96.-----

----Relativamente ao documento em discussão a **Sra. Rita Sammer** disse que ainda falta o Presidente da Câmara disponibilizar informação referente às alíneas a), b, e e) do art.º 41.º.-----

----Reportou-se às Festa da Cidade, para manifestar a sua discordância de ter havido o pagamento nas Tasquinhas e nos eventos que se realizaram no Mercado Municipal, já que entende que as festas da cidade deviam ser as únicas do concelho onde os munícipes podiam ser convidados a participar sem qualquer pagamento, pois já pagam imensos impostos que ficam no

concelho -----

-----Relativamente ao projeto “Compostar”, questionou se está planeada alguma iniciativa para a compostagem das árvores de Natal que venham a ser entregues, lembrando que há várias iniciativas solidárias no país, tais como o “Pinheiro Bombeiro”.-----

-----O **Sr. Nuno Henriques** reportou-se à capital Europeia da Cultura de 2027, lembrou que o PSD se disponibilizou para colaborar mas nunca foi contactado.-----

-----Referiu que a cultura hoje em dia representa 3% do PIB, significa mais do que todo o setor automóvel, ou seja, é um agente económico de prioridade. Esta candidatura era importante para marcar o Torres Vedras no mapa da cultura imaterial e em termos de património artístico e património edificado e histórico.-----

-----Aludiu novamente à possibilidade de o município criar o Conselho Municipal da Cultura, que hoje mais do que nunca faz sentido, com dinamismo próprio para ouvirem as pessoas e sem medos, com democracia, com todos e não só com alguns.-----

-----Questionou se será possível em 2019.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** referiu-se ao evento “Vinhos no Mercado” que ocorreu no âmbito das Festas da Cidade, que foi bem intencionado e teve uma imagem interessante, mas também teve as entradas pagas e custou um valor elevado ao município, afirmando que se pretendia atrair as pessoas ao mercado, o objetivo não foi cumprido.-----

-----No seu entender é um exemplo de evento que se tivesse sido acautelado podia continuado até à quadra natalícia, pois têm que fazer tudo para que haja mais movimento.-----

-----O **Sr. Sérgio Jacinto** reportou-se ao ponto 4 da exposição em discussão que refere a instrução de participações relativas a incumprimento das faixas de gestão de combustíveis e solicitou ao edil que esclarecesse qual a evolução destes processos.-----

-----Reportou-se à alínea j) do ponto 6 sobre a cultura, que refere a assinatura de acordo de cooperação com Araraquara, questionando se podiam ser elucidados sobre o mesmo.-----

-----Por último disse que gostaria de saber mais sobre o facto de Torres Vedras ter uma rede de ecoparceiros para recolha de pilhas e baterias, referida na notícia que consta na página 14 da listagem anexa à informação em apreço.-----

-----A **Sra. Rita Sammer** disse que não gostou de ver a forma como o edil anunciou a candidatura do Oeste à Capital Europeia da Cultura que agora é de Leiria, e afinal de contas há um protocolo celebrado entre este município e o de Torres Vedras.-----

-----Reportou-se à revisão do regulamento de medalhas, referido pelo edil nas comemorações do feriado municipal que teve alegada colaboração da assembleia municipal, o que não aconteceu, referindo que deve ter mais cuidado com as palavras.-----

-----A **Sra. Teresa Oliveira** reportou-se à página 2 do anexo da exposição em análise, que refere

a circulação pela cidade, a título experimental de um autocarro 100% elétrico com zero emissões de CO2, questionando se continua a circular.-----

---- Reportou-se também ao protocolo com a Valorsul que entregou 80 mil euros a Campelos e Outeiro da Cabeça, referido na página 4, que serão direcionados a projetos de quatro instituições locais, questionou quais e se houve contrapartidas para as freguesias. -----

---- Relativamente ao projeto “Eu vou a pé para a escola”, inquiriu sobre os percursos. -----

---- Terminadas as questões, teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos.-----

---- Relativamente ao documento em análise, o edil disse que os serviços têm vindo a aprimorar a informação disponibilizada de acordo com o regimento deste órgão. -----

---- Disse que o município não tinha um programa de compostagem para as árvores de natal, mas podia ser equacionado no futuro, no sentido de que se trata de uma proposta interessante. -----

---- No tocante à Capital Europeia da Cultura, esclareceu que a possibilidade do Oeste se candidatar foi discutida no seio da OesteCIM, após o foram contactados pelo município de Leiria, com uma candidatura mais robusta, tendo entendido que estariam reunidos os pressupostos para um modelo mais abrangente com a OesteCIM, a CIM de Leiria, e os municípios de Tomar e Ourém.-----

---- Mais informou que estão numa fase preliminar e os outros autarcas também estão a celebrar protocolos com Leiria de acordo com o estabelecido.-----

---- Torres Vedras tem muito a ganhar com este novo modelo, atento os ativos materiais e imateriais das regiões. Foi uma decisão coletiva e aprovada por unanimidade.-----

---- Esclareceu que o município está a preparar o Plano Estratégico para a Cultura, definindo o modelo de governança em 2019, onde todos possam participar, incluindo os membros da assembleia municipal.-----

---- No que concerne ao evento “Vinhos no Mercado”, uma das ações do programa das Festas da Cidade, surgiu para responder a uma pretensão manifestada pelos produtores no sentido de ter um evento diferenciado, mas que não correu de acordo com a expetativas que tinham. -----

---- Os elevados valores que o deputado citou tem a ver com o facto de estarem ao lado de um parceiro de referência nacional. Na negociação final do evento aproveitou para propor estarem todo o mês no mercado, mas os produtores não tinham disponibilidade, mas irão estar presentes no Mercado de Natal.-----

---- Respondendo ao deputado municipal Sérgio Jacinto, informou que vão elaborar um relatório com o balanço da atividade, adiantando que muitos proprietários cumpriram e outros foram notificados.-----

---- No que se refere ao protocolo com a Araraquara esclareceu que emerge da relação da

sociedade civil na vertente cultural, e que teve a ver com o projeto “Arte ao Centro”. -----

-----Sobre as pilhas, disse que a autarquia teve que avançar com este projeto de recolha mais diferenciada. -----

-----Deu nota que a câmara municipal está a trabalhar num novo regulamento de atribuição de medalhas, que tem que ser participado pela assembleia municipal, e disso atempadamente deu conhecimento ao presidente deste órgão. -----

-----Quanto ao autocarro elétrico esclareceu que circulou durante dois dias, e que o valor da Valorsul foi distribuído por 4 entidades indicadas pela freguesia. -----

-----No que se refere ao “Vai a pé para a escola”, informou que engloba 3 escolas e existem 5 percursos, e que pressupõe o acompanhamento de alunos das suas casas até às escolas. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

## **2.1 - INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:**-----

### **2.1.1 - PROPOSTA N.º 36/AM/2018 – TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIA DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO:**-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal:-----

-----Ofício número 10634 de 25/09/2018:-----

----- 1 – Processo D429/2018 – Requerimento n.º D4/6419/2018 – Joaquim Pedro Nascimento Santos - parcela de terreno, situada em Casal do Deserto, Freguesia de Ventosa, com a área de 1.165,00m<sup>2</sup>, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 3833, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 11 da Secção E, ambos da citada freguesia, destinadas ao alargamento da via pública, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m<sup>2</sup>, perfazendo um total de € 5.825,00, distribuídos pelas seguintes parcelas:-----

----- Parcela 1 com 520,00m<sup>2</sup>, destinados ao alargamento e benefício da Travessa dos Piçarras e Rua da Associação; e-----

-----Parcela 2 com 645,00m<sup>2</sup> para a execução do Caminho Municipal n.º 1.071 -----

-----Nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI, o valor patrimonial do prédio deverá ser arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, assim o valor acima indicado passa a ser de € 5.830,00.-----

-----Ofício número 11000 de 4/10/2018.-----

----- Processo OP/17/2017 – Requerimento n.º OP/6055/2018 – Vítor Manuel Ramos Estevão - parcela de terreno, situada na Rua dos Lavadouros - Serpegeira, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 259,30m<sup>2</sup>, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 8841, e participado na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 465, ambos da citada freguesia, destinadas ao benefício da via pública, e à qual foi

atribuído o valor de € 5,00/m<sup>2</sup>, perfazendo um total de € 1.296,50. -----

-----Nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI, o valor patrimonial do prédio deverá ser arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, assim o valor acima indicado passa a ser de € 1.300,00.-----

-----Ofício número 11558 de 22/10/2018-----

----- 1 – Processo CD/10/2018 – Requerimento n.º CD/6960/2018 – Alfredo Francisco Pedro - parcela de terreno, situada na localidade de Secarias, de Freguesia de Silveira, com a área total de 1.040,00m<sup>2</sup>, a retirar do prédio misto, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 689, e participado na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 19, da Secção “U” (parte), e na matriz urbana sob os artigos 1155; 1973; 2091; 3009; 3010; 9282-P, todos da citada freguesia, destinada a arruamentos, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m<sup>2</sup>, perfazendo um total de € 5.200,00, distribuída da seguinte forma: 418,50m<sup>2</sup> - para a Rua do Moinho e 621,50m<sup>2</sup> - para a Travessa dos Casaleiros ----- .

----- 2 – Processo OP/206/2016 – Requerimento n.º OP/6471/2018 – Lucília da Conceição Lúcio dos Santos Capela – parcela de terreno, situada na localidade de Aldeia Nova, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 99,00m<sup>2</sup>, a retirar do prédio, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 2099, e participado na respetiva matriz predial urbana da Freguesia de São Pedro e Santiago (extinta), destinada a benefício da via pública, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m<sup>2</sup>, perfazendo um total de € 495,00. -----

-----Nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI, o valor patrimonial do prédio deverá ser arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, assim o valor acima indicado passa a ser de € 500,00. -----

----- 3 – Processo CD/7/2018 – Requerimento n.º CD/5906/2018 – Celestino Inácio – parcela de terreno, situada na Rua da Escola Velha à Pontinha, em A-dos-Cunhados, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 59,00m<sup>2</sup>, a retirar do prédio, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 8406, e participado na respetiva matriz predial, sob o artigo 2376, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), destinada a benefício da via pública, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m<sup>2</sup>, perfazendo um total de € 295,00. -----

-----Nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI, o valor patrimonial do prédio deverá ser arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, assim o valor acima indicado passa a ser de € 300,00. -----

----- 4 – Processo D4/20/2018 – Requerimento n.º D4/4802/2018 – João dos Santos Rodrigues – parcela de terreno, situada no Casal das Portelinhas, limites de Mugideira, Freguesia de Turcifal, com a área de 252,90m<sup>2</sup>, a retirar do prédio, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 3076, e participado na respetiva matriz predial da citada freguesia,

destinada a benefício da via pública, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 1.264,50.-----

-----Nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI, o valor patrimonial do prédio deverá ser arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, assim o valor acima indicado passa a ser de € 1.270,00.-----

-----Ofício número 11886 de 2/11/2018.-----

----- 1 – Processo CD/4/2018 – Requerimento n.º CD/5273/2018 – João Manuel Rodrigues Santos - parcela de terreno, situada na localidade de Vale Términus, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matações, com a área total de 120,00m2, a retirar do prédio, rústico, inscrito na matriz sob o art.º 76, da secção “T” da referida freguesia e omissa na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras destinada a arruamento, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 600,00.-----

----- 2 – Processo CS/11/2018 – Requerimento n.º CS/4622/2018 – Maria do Céu da Silva Diogo – parcela de terreno, situada na localidade de Casal das Giestas, da Freguesia de Campelos (extinta), com a área de 81,00m2, a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 141, e inscrito na respetiva matriz, sob o artigo 111, secção “B”, da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça destinada a benefício da via pública, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 405,00.-----

-----Nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI, o valor patrimonial do prédio deverá ser arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, assim o valor acima indicado passa a ser de € 410,00.-----

-----Ofício número 12185 de 15/11/2018-----

----- Processo CD/9/2018 – Requerimento n.º CD/6542/2018 – Caixa Económica Montepio Geral - parcela de terreno, situada em Sobreiro Curvo, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área total de 1.866,45m2, a retirar do prédio, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 6529, e inscrito na respetiva matriz, sob o artigo 8666, da mesma freguesia, destinada ao domínio público, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 9.332,25.-----

-----Nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI, o valor patrimonial do prédio deverá ser arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, assim o valor acima indicado passa a ser de € 9.340,00.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**2.1.2 - PROPOSTA N.º 37/AM/2018 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CONTRATOS DE DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS E DE ACORDOS DE EXECUÇÃO REVOGADOS E CELEBRADOS:** -----

-----Presente informação n.º 48/DF da Chefe de Divisão Financeira de 8/11/2018 a remeter, em cumprimento da deliberação da assembleia municipal de 9/11/2017 a listagem em título, que se considera integralmente transcrita e está arquivada na pasta dos documentos da sessão.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Tendo sido alcançada a hora regimental e ainda não terem discutido toda a ordem de trabalhos o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos, e indicou que retomariam os trabalhos no dia 30 de novembro pelas 21.00h, conforme convocatória e respetivo edital -----

**AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2018:**-----

-----Presidiu o Sr. José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário).-----

----- Estiveram presentes os seguintes membros:-----

-----Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida Henriques, Ana Paula Santos Mota, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luís Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins e Artur Alexandre Santos Narciso.-----

----- Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Srs. Vereadores, Marco Henrique Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Maria João Pinho Ribeiro, Hugo Gerardo Lucas e Cláudia Horta Ferreira.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa deu início à reunião, colocando à consideração da assembleia fazerem a discussão conjunta dos pontos, 3, 4, 5 e 6 e votação separada, o que teve a anuência de todos os presentes. -----

**3 - PROPOSTA N.º 58/CM/2018 - FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, RESPEITANTE AO ANO DE 2018 A COBRAR EM 2019:**-----

-----Presente ofício número 11885 da Câmara Municipal, de 2 de novembro, a informar que em sua reunião de 30/10/2018, deliberou por maioria propor a fixação das taxas do IMI em título em 0,40%. Nos termos do n.º 1, do art.º 112-A, do Código do IMI, os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução da taxa do IMI que vigore no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, e nesse sentido deliberou por unanimidade, propor a seguinte redução: 1 dependente a cargo – € 20,00, 2 dependentes a cargo – € 40,00 e 3 dependentes a cargo € 70,00.-----

-----O **edil** fez uma apresentação conjunta das quatro taxas em apreciação, que dão seguimento ao trabalho que têm vindo a desenvolver na área dos impostos, e indicando que o Executivo deliberou no sentido de manter os valores fixados no ano anterior.-----

-----A **Sra. Rita Sammer** disse que o grupo municipal do PSD iria apresentar uma proposta com a fixação de valores diferentes para o IMI e IRS.-----

-----Lembrou que no ano passado o edil disse que os torrienses pagam impostos, mas Torres Vedras era o 16.º melhor concelho para viver, mas este ano baixou para 18.º e baixou também dois lugares no melhor concelho fazer negócio, estando agora na 23.ª posição.-----

-----Olhando para os dados disponibilizados continuam a verificar que os torrienses estão a ser extremamente sacrificados com taxas elevadas de impostos.-----

-----No que diz respeito ao IMI e comparando a evolução em percentagem de janeiro a outubro de 2017 e 2018 verificam já um aumento de 5,9%. No IRS, estando já abolida a sobretaxa, prevê-se um aumento da receita na ordem dos 4,5%, e também na derrama há condições para baixar, e nesse sentido apresentou a seguinte proposta: IMI - 0,36% - IRS - 4%.-----

-----A **Sra. Teresa Oliveira** disse que a proposta do PCP, tal como nos anos anteriores, também será baixar para 0,36% ou em alternativa baixar todos os anos até atingir esta percentagem. A receita de IMI tem vindo sempre a aumentar e vão votar a favor a proposta do PSD.-----

-----O **Sr. Nelson Aniceto** anotou que estão a debater as receitas das taxas do município, onde se verifica continuidade de política nesta matéria, e igualmente se verifica a continuidade das propostas do PSD.-----

-----Como contribuinte fica agradado, mas era importante, interessante e seria um exercício democrático e uma proposta séria, se fosse baseada em quanto se traduz na redução da receita do município e que dissesse, do lado da despesa, a rubrica onde está compensada.-----

-----Não sabe se isso consta no documento que o PSD entregou à mesa e sem a devida contraproposta não lhe parece que seja uma proposta seja séria.-----

-----Disse ser do conhecimento de todos que o executivo municipal tem em marcha um importante

investimento no parque escolar, assim como na cidade e o esforço financeiro que é feito, parecendo-lhe que face às contas do município, nas quais têm sido rigorosos e cautelosos, não será de acolher a proposta do PSD.-----

----O **Sr. Sérgio Jacinto** começou por lembrar que com a avaliação geral do património desde 2012/2013 as receitas dos municípios cresceram exponencialmente. De então para cá a Câmara municipal, exceto num ano, tem tido sempre uma taxa ou máxima ou a rondar o máximo.-----

----Embora tenha sido feito um esforço para reduzir o IMI pago, em função do número dos dependentes, atendendo ao número de munícipes que já não têm dependentes em casa e aos que têm renda, porque ainda não conseguiram comprar casa, esta medida abrange muito poucos.-----

----Assim entende que se deve baixar para todos ou a autarquia tem que, por exemplo, através do IRS abranger mais munícipes torrienses.-----

----O **Sr. Pedro Castelo** lembrou que o CDS-PP tem sempre votado contra a taxa proposta pela Câmara municipal e sido muito críticos aos valores que apresentam.-----

----Fez notar que a intervenção do colega Nelson Aniceto foi curiosa, se pensarem que o PSD apresentou uma proposta realista relativamente às eólicas que o PS não aprovou.-----

----Este ano vão abster-se porque preocupam-se com o equilíbrio financeiro, sabem que o município terá que fazer um esforço financeiro muito grande e vai precisar de receitas, a bem do assunto que irão discutir no ponto 12 da ordem de trabalhos.-----

----A **Sra. Rita Sammer** também em relação à intervenção do colega Nelson Aniceto lembrou que a assembleia municipal não tem competência para fazer propostas de alteração ao orçamento, mas podem fazer propostas de alteração aos impostos.-----

----Também disse que podiam ver aspetos onde poderia haver reduções, mas as contas do IMI não se fazem com uma regra de três símbolos. Há taxas diferentes e há possibilidade de agravamento e de redução. No entanto, de uma avaliação rápida e com o risco de não terem todos os dados, estariam a falar de uma diferença de € 100.000,00 por mês.-----

----Quanto aos investimentos que é preciso fazer no concelho, lembrou que o IMI duplicou nos últimos 5 anos e ano após ano têm ouvido dizer que se as coisas se mantivessem assim, tinham condições para reduzir, o que ainda não aconteceu. Lembrou também que a autarquia para fazer escolas precisa de um empréstimo de 30 milhões de euros, que a próxima geração vai estar toda a pagar, assegurando que o PSD não faz propostas impensadas.-----

----Quanto à alusão à proposta do PSD não aprovada no dia anterior, o **Sr. Nelson Aniceto** assinalou que não teve a ver com o valor, teve a ver com o facto de se propor que o princípio da subsidiariedade não seja aplicada a todas as freguesias.-----

----De facto, a assembleia não tem competência para alterar o orçamento, mas a redução proposta pelo PSD tem implicações no orçamento em cerca de €1.200.000,00/ano e era

importante que esta verba fosse suportada de outra forma.-----

----O **Sr. Luís Carlos Lopes** assentiu que pode de facto ter implicações orçamentais, e o deputado municipal sabe que entre a proposta do IMI e o orçamento há uma profunda divergência, uma vez que esta a receita está sobrevalorizada e a diferença real está plasmada na proposta do PSD, que tem as contas bem feitas e está à vontade para fazê-la e sem provocar qualquer crise orçamental. -----

----Se existem almofadas orçamentais, esta é uma delas, pois vão ter uma cobrança muito superior, com valores que já estão a aproximar-se de 2015.-----

----Em resposta o **Sr. Nelson Aniceto** não disse que havia crise orçamental, mas que poderia levar a essa situação. -----

----Reafirmou que o PSD não é capaz de dizer onde é que esta diminuição de receita vai ser compensada. -----

----O **Sr. Sérgio Jacinto** lembrou que os coeficientes de localização também estão a ser atualizados, e também por isso o aumento da receita de IMI é expetável. Concorda que há margem para descer a taxa sem diminuir a receita incluída no documento previsional.-----

----O **Sr. Nuno Henriques** reforçou que os portugueses e os torrienses estão com a maior carga fiscal de sempre. Tal como disse nos dois últimos anos, era importante que Torres Vedras desse esse sinal de alívio às pessoas pois é a sua qualidade de vida que está em causa. -----

----O autarca de Maxial e Monte Redondo, **Sr. Celso de Carvalho** fez notar que estava a ouvir algo surreal pois o PSD ontem queria dar às freguesias, mas hoje quer retirar à Câmara municipal. Ontem retirava €300.000,00 e hoje quase um milhão. Não percebe como se pode seguir este raciocínio e vai votar contra a proposta do PSD. -----

----A **Sra. Rita Sammer** afirmou que quando o PSD faz propostas não é contra o PS, que se acha demasiado importante. São feitas no estrito interesse dos torrienses e de Torres Vedras. -----

----Ontem não propunham alteração do orçamento, mas que houvesse um principio que entregava às juntas uma parte das rendas dando assim outro poder às juntas de freguesia. A proposta de hoje não consubstancia uma alteração ao orçamento. Em 7 anos o IMI aumentou mais de 7 milhões e este ano o IMT também vai subir. Não estão a falar de redução de receitas, mas a dizer que está suborçamentada.-----

----O presidente de junta da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vaza** fez notar que o valor que é transferido para as juntas é o mesmo desde 2005, estão em 2018 e as receitas do IMI duplicaram.-----

----Votou várias vezes a favor da manutenção desta taxa com a esperança que poderia vir a receber mais algumas verbas, mas tal não aconteceu.-----

----Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar alguns esclarecimentos. -----

----- O **edil** assinalou que se no ano passado deram um sinal com a redução do IMI para as famílias numerosas, este ano vão dar um sinal aos jovens que está agendado no ponto 13, uma redução de IMI através do programa Revitalizar e Rejuvenescer (PR2) para construírem a sua casa.-----

----- Lembrou também que se aproximam grandes desafios e têm que ser rigorosos nas contas equilibrando todos os encargos, continuando a prestar serviços de qualidade à população e distribuindo equitativamente as receitas municipais pelo território. -----

----- Proposta do PSD – 0,36%:-----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 26 votos contra, 10 votos favor e 4 abstenções, não aprovar a proposta em título.-----

----- Anota-se que votaram a favor o PSD, TnL e PCP, contra o PS e Pedro Germano e abstiveram-se Pedro Vasa, CDS-PP e BE.-----

----- **Declaração de voto do Presidente da Mesa:** -----

----- “Não concordo com a redução de receitas, neste contexto, até porque sinto que há subfinanciamento nalgumas áreas da atividade autárquica, nomeadamente na manutenção de equipamentos e infraestruturas na zona rural do concelho e teria maior rentabilidade o reforço das verbas para as juntas de freguesia.”-----

----- Proposta base: -----

----- A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista na alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 26 votos a favor, 10 votos contra e 4 abstenções, fixar a taxa de 0,40% para prédios urbanos e nos termos do n.º 1 do art.º 112.º - A do Código do IMI a redução da taxa atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar: 1 dependente a cargo - €20,00, 2 dependentes a cargo - €40,00 e 3 dependentes a cargo - €70,00.-----

----- Anota-se que votaram a favor o PS e Pedro Germano, contra o PSD, TnL e PCP e abstiveram-se Pedro Vasa, CDS-PP e BE.-----

**4 - PROPOSTA N.º 59/CM/2018 - FIXAÇÃO DA TAXA VARIÁVEL DO IRS, RESPEITANTE AOS RENDIMENTOS DE 2018 A COBRAR EM 2019, A QUE OS MUNICÍPIOS TÊM DIREITO EM CADA ANO:**-----

----- Presente ofício 11884 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 2 de novembro, a informar que a Câmara, em sua reunião de 30/10/2018, deliberou, por maioria, propor ao órgão deliberativo que a taxa variável no IRS, respeitante aos rendimentos de 2018, (a cobrar em 2019), a que os municípios têm direito em cada ano, venha a ser fixada em 5%.-----

----- Proposta de alteração do PSD: 4% -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, de 30 votos contra, 8 votos a favor e 2

abstenções, não aprovar a proposta em título.-----

----- Anota-se que votaram contra o PS, PCP BE TnL e Pedro Vasa, a favor o PSD e absteve-se o CSD-PP.-----

----- **Declaração de voto do Presidente da Mesa:** -----

----- “Não concordo com a redução de receitas, neste contexto, até porque sinto que há subfinanciamento nalgumas áreas da atividade autárquica, nomeadamente na manutenção de equipamentos e infraestruturas na zona rural do concelho, teria maior rentabilidade o reforço das verbas para as juntas de freguesia.”-----

----- **Proposta base:** -----

----- **A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09 na sua atual redação, deliberou, por maioria de 30 votos a favor, 8 votos contra e 2 abstenções fixar a taxa em 5%.**-----

----- Anota-se que votaram a favor o PS, PCP, TnL, Pedro Vasa e Pedro Germano, contra o PSD e BE e absteve-se o CDS-PP.-----

**5 - PROPOSTA N.º 60/CM/2018 – AUTORIZAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA, A COBRAR NO ANO DE 2019, SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS:**-----

----- Presente ofício número 11882, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 2 de novembro, a informar que em sua reunião de 30/10/2018, deliberou, por maioria, propor o lançamento de uma derrama, de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, bem como uma taxa reduzida de derrama de 1% a cobrar em 2019, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00.-----

----- **A Assembleia Municipal em cumprimento da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação deliberou, por maioria de 31 votos a favor e 9 abstenções, fixar a derrama, em 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, bem como uma taxa reduzida de 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos e com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os €150.000,00.**-----

----- Anota-se que votaram, a favor PS, PCP, BE, TnL Pedro Vasa e Pedro Germano e abstiveram-se o PSD e o CDS-PP.-----

**6 - PROPOSTA N.º 61/CM/2018 - FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2019, PREVISTA NA LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS:**

----- Presente ofício número 11883 da Câmara Municipal de Torres Vedras 2 de novembro, a propor a fixação da taxa a aplicar sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem

redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do correspondente município, em 0,20%, conforme deliberado, por unanimidade, pelo executivo em sua reunião de 30/10/2018. -----

----- A Assembleia Municipal tendo presente a competência prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade fixar em 0,20% a taxa aplicar sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do município. -----

**7 - PROPOSTA N.º 62/CM/2018 – TOMADA DE CONHECIMENTO DOS RELATÓRIOS E CONTAS – 1.º SEMESTRE 2018 – CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS:** -----

----- Presente ofício número 11879, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 2 de novembro, a remeter, para conhecimento em conformidade com o deliberado pelo Executivo em 30/10/2018, os documentos em título. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** referiu que no âmbito do trabalho que têm vindo a desenvolver, quanto ao primeiro semestre, quer na Câmara Municipal quer nos SMAS vão no caminho certo. ---

----- Deu nota que a nível da Câmara Municipal as obras de maior vulto estão a decorrer, e nos SMAS as obras lançadas no primeiro semestre terão reflexo no segundo e algumas em 2019. -----

----- Registou ainda que os indicadores correspondem às expetativas e transmitem solidez económica financeira. -----

----- No que se refere às contas da Câmara o **Sr. Luís Carlos Lopes**, referiu que 24% de execução é baixo e que a culpa não será toda da autarquia, mas também da administração central, já que a reprogramação não justifica tudo. -----

----- Em termos de receita de IMI o aumento não é tão visível, mas o IMT tem um aumento exponencial e a receita em relação ao ano anterior cresce em termos de impostos diretos, mas a liquidez baixou 10%. -----

----- Com baixa execução e aumento de receitas, mal seria se as contas estivessem mal em junho de 2018. -----

----- Indicou que verificou algumas perplexidades nas contas dos SMAS, concretamente o facto de haver uma diminuição de €500.000,00 entre junho de 2017 para 2018. Também manifestou algumas dúvidas quanto à redução de compra de água, que consta na página 6, que não corresponde ao que diz na página 11. Referiu ainda que também não entende haver menos faturação na água e questionou se significa menos consumo de água. -----

----- O **Sr. Nelson Aniceto**, começou por saudar os SMAS que pelo segundo ano consecutivo recebeu o prémio da ERSAR, “melhor água para consumo humano” que traduz um indicativo do

que tem sido feito de bom. -----

---- Lembrou que antes da realização da sessão, tiveram uma reunião de esclarecimentos com os técnicos do município, que foi muito importante para quem não lida com os números e lhes permitiu tirar dúvidas.-----

---- Frisou que do lado da despesa verifica-se um grau de execução de 30,5%, que é de facto um valor baixo, mas que é justificável. A receita tem execução com grau superior de 56,17%. -----

---- Os SMAS apresentam uma estrutura financeira equilibrada e por esse motivo deve merecer o acolhimento da assembleia. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que estão a tomar conhecimento de um documento analítico e semestral, nos termos da lei, sobre o qual todos os membros tiveram oportunidade de tirar dúvidas na reunião técnica que tiveram acesso e ficou preocupado com as dúvidas do deputado Luís Carlos Lopes. Assim pediu ao presidente da mesa a devida autorização para dar a palavra ao **Sr. Sérgio Simões** para prestar mais alguns esclarecimentos.-----

---- O assessor começando pela diferença do valor de 526 mil euros entre períodos homólogos explicou que tem a ver com a diferença de € 100.000,00 de amortizações, menos € 220.000,00 de venda da água e menos € 225.000,00 nos afluentes.-----

---- No que se refere às divergências, esclareceu que a página 6 espelha os pagamentos efetivos feitos pelos SMAS e a página 11 espelha o valor contabilístico, que nunca coincide pois em janeiro de cada ano estão a pagar do ano anterior e há sempre um diferencial.-----

---- No que se refere à execução esclareceu que é sempre mais fraca no primeiro semestre uma vez que os concursos nunca são adjudicados antes de março, por isso chega a meados de junho com pouca execução.-----

---- Esclareceu que há menos consumo, mas também há mais poupança e a baixa faturação tem a ver com a grande diminuição de tarifas que foram praticas em 2018.-----

---- A Assembleia Municipal para os efeitos do disposto nas alíneas d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09, na sua atual, tomou conhecimento dos Relatórios e Contas – 1.º semestre 2018 – Câmara Municipal de Torres Vedras e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras. -----

## **8 - PROPOSTA N.º 63/CM/2018 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2019 DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS - OPCÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL:**-----

---- Presente ofício número 11880, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 2 de novembro, a remeter, em conformidade com o deliberado pelo Executivo em 30/10/2018 os documentos em título.O **Sr. Presidente da Câmara** assinalou que os documentos previsionais para 2019 têm, na previsão entre a despesa e a receita, a sustentabilidade económico financeira como ponto de partida.-----

----- Fez notar que as opções políticas neles contidas cabem ao executivo municipal, assumindo os compromissos que foram sufragados pelos torrienses, dentro das suas competências. -----

----- Fez notar ainda que é um documento previsional similar ao de 2018, com € 58.835.000,00, com o qual devem continuar a garantir todos os serviços prestados, a nível da educação, social, cultural e desportivo, com vista a dotar com qualidade de vida todo o território. -----

----- Assinalou que o orçamento contempla o facto de Torres Vedras estar, em 100 municípios, em primeiro lugar no aproveitamento dos fundos comunitários, aproveitando para agradecer a todas as equipas camarárias que trabalham para tornar possível este feito. -----

----- O facto de Torres Vedras ser uma referência nas candidaturas e na gestão dos processos do Centro 2020 vai ser muito importante em 2019, no combate ao insucesso escolar com o qual esperam obter mais equidade e coesão territorial, esperando-se a conclusão do centro educativo de S. Pedro da Cadeira e o início dos de Turcifal e Penafirme assim como a entrada em obra da básica 2,3 de Freiria. -----

----- No âmbito do PESUR deu nota da recuperação e preservação do património cultural e natural do território, com o programa Ruivacos-do-Oeste/Gestão ativa da Espécie e do Ecosistema e no âmbito do Programa Operacional Mar2020, têm projetos já aprovados tais como a certificação das praias Centro e Física, Constituição da Reserva Natural Foz Azul, Requalificação Porto de Pescas Local da Assenta e “Primeira Onda” – Programa Educativo de Surf e Conhecimento do Mar. -----

----- Deu nota ainda que no ano de 2019 o investimento na reabilitação e na regeneração urbana da cidade terá continuidade com o PEDU cofinanciado pelo Portugal 2020 com um impacto determinante em termos orçamentais, mas também se reflete na valorização social, elencando algumas das ações. -----

----- Saliu o papel importante na relação que mantém com as 13 juntas de freguesia, e os compromissos que têm, partilhando com a assembleia municipal os projetos de referencia em obra ou previstos em cada uma. -----

----- No que se refere ao quadro pessoal salientou a conclusão do processo dos precários e ajustes nas áreas operacionais e nos quadros técnicos para prestar serviços de qualidade, ressaltando que o ano de 2019 será crucial tendo presente as alterações de competências que surgirão no âmbito do processo de descentralização. -----

----- Concluiu dizendo que é no âmbito deste orçamento que tem uma visão política e estratégica que procuram resolver os problemas do concelho e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. ---

----- O **Sr. Luis Carlos Lopes** manifestou o seu agrado pelo facto de o edil ter elencado freguesia a freguesia as obras para 2019, o que significa que ficou incomodado com a proposta do PSD discutida no dia anterior. Em quase todas as freguesias há obra, como é normal e a proposta também seria para isso. -----

----- Referiu-se à autorização genérica para contratação de empréstimos de curto prazo que está incluída no orçamento, que não seria necessária face à possibilidade de se realizarem mais reuniões da assembleia por ano. -----

----- Ainda relativamente aos projetos elencados, disse ser óbvio que com este orçamento tem que ser feita obra, mas de algumas já se ouve falar há anos como é o caso do Museu Joaquim Agostinho e também do Centro de Artes do Carnaval. -----

----- Quanto à requalificação do parque escolar, que é uma urgência, lembrou que já passaram 15 anos desde que se construíram os primeiros centros educativos no território e que as duas principais da cidade têm mais de 60 anos. -----

----- Saliu que o orçamento tem alguma almofada financeira, já que a receita do IMI duplicou, mas prevê menos transferência para as freguesias, em cerca de €160.000,00. -----

----- Saliu ainda que no orçamento de estado o tal Fundo Financeiro da Descentralização (FFD) que prevê os recursos financeiros a atribuir às autarquias locais e entidades municipais tem um quadro anexo que está deserto, pelo que o ano de 2019 não vai ser fácil. -----

----- O documento previsional em discussão tem aspetos positivos, podia ser sempre melhor e a construção das escolas podia ser mais célere. -----

----- Concluiu referindo que não sendo mau não será bom. -----

----- O **Sr. Rui Prudêncio** assinalou que o orçamento tem a vertente política que representa o cumprimento das promessas eleitorais de quem ganhou as eleições e gere a Câmara Municipal e tem a vertente de sustentabilidade da execução dessas promessas. -----

----- É nesta vertente que o grupo municipal do PS analisa, e o edil já elencou o que propuseram aos eleitores cumprir. Este orçamento espelha novamente a aposta no desenvolvimento integrado da atividade económica, cultural, educação, reabilitação e regeneração urbana, atração de recursos humanos qualificados, através da instalação de um núcleo do IPL e do “Smart Farm Colab”, renovação do parque escolar, orçamento participativo com aumento de valor e alargamento aos jovens recuperação, rede de parcerias com as juntas de freguesia e melhoria das condições remuneratórias dos colaboradores através do reposicionamento na carreira. -----

----- Para a execução de todos estas apostas é preciso capacidade financeira, e esta sustentabilidade tem que estar espelhada. Ao nível da execução, regista na receita 44% e na despesa 40%, sendo que o aumento das receitas dos impostos, reflete diretamente a atividade económica pujante que começam a ter no concelho. O aumento de IMT traduz o aumento de transações ao nível urbanístico, e o IUC traduz o aumento de compras de viaturas, espelho da atividade económica no concelho. -----

----- Verificou que diminuíram as receitas de loteamentos e obras e há necessidade de equilíbrio entre a receita e a despesa. Há aumento nos ativos e no resultado líquido concluindo que o

orçamento honra os compromissos do PS e merecerá voto favorável do grupo municipal do PS. ---

---- O Presidente de junta de freguesia da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vaza** fez notar que a sua participação na assembleia municipal se limita ao que se passa na freguesia que preside. -----

---- Assim, estranha a construção da nova sede da Banda da Juventude Musical Ponterrolense, anunciada pelo edil, que funciona em instalações cedidas pela autarquia e que foram recuperadas na íntegra em 2013. Não tem as condições ideais, mas que dirá a junta de freguesia em relação às suas instalações atuais. -----

---- Lembrou que a candidatura do PS para as últimas eleições autárquicas, continha a renovação da sede da junta, e nada sobre a banda. Não está a dizer que não merece, mas custa-lhe que tenha primazia sobre toda uma população. -----

---- Não concorda com a forma como o edil apresentou este investimento. -----

---- Pegando nas palavras do presidente que as grandes opções do plano são políticas a **Sra. Teresa Oliveira** disse que o grupo municipal do PCP não se revê nas mesmas e vão abster-se. ---

---- Não é um bom orçamento, mas também não é mau. -----

---- A **Sra. Rita Sammer** reportou-se ao quadro de pessoal, para indicar ser estranho que o edil tenha dito que se fechou o processo dos precários, uma vez que continuam a fornecer os dados de entrada na carreira e não no reposicionamento. -----

---- Assim questionou qual o impacto financeiro desta regularização extraordinária tendo em conta o reposicionamento na carreira e onde está no orçamento. -----

---- Inquiriu ainda quais as rubricas que estão suborçamentadas. -----

---- O **Sr. João Rodrigues** disse que o orçamento lhe parece equilibrado. -----

---- Reportando-se às Grandes Opções do Plano solicitou informações sobre o projeto Life Volunteer Escapes, no âmbito da proteção de meio de ambiente e conservação da natureza. -----

---- Alertou que não há verbas para a compra de máquina de moinho de infestantes e no âmbito da cultura questionou qual o programa museológico pressuposto na requalificação do Museu Leonel Trindade prevista para 2019 e se já foi apresentado publicamente. -----

---- De seguida teve a palavra o **Sr. Sérgio Jacinto** que começou por lançar o repto para que o município coloque as contas on-line, que pode atualizar à semana e traduziria boa governança e transparência. -----

---- Anotou que este orçamento reflete a vitória maioritária do PS e a execução do seu programa eleitoral e não é um orçamento do Torres nas Linhas. -----

---- No entanto e sem beliscar minimamente essas opções convidou a assembleia municipal a refletir sobre o seguinte: -----

---- O IMI tem na proposta do executivo uma intenção meritória de beneficiar as famílias com mais filhos e propiciar o aumento da natalidade, mas nem todos os pais são proprietários, mas todos

pagam IRS. Seria mais fácil beneficiar através desta taxa os pais com dependentes, e traduziria uma alteração que não tem qualquer implicação orçamental, embora abranja um leque maior de famílias. -----

---- Referindo-se à intervenção do colega Rui Prudêncio, fez notar que o aumento do IMT não significa apenas o incremento económico, também espelha o aumento dos divórcios. -----

---- O **Sr. Nuno Henriques** reportando-se ao mapa de pessoal, alertou que as habilitações não devem estar fechadas, pois podem inviabilizar em termos de concursos e existem outros afins.-----

---- O **Sr. Pedro Castelo** assinalou tratar-se de orçamento na senda de 2018, não só em termos de valores, mas de continuação de candidaturas ao Portugal 2020, assim como investimentos através de empréstimos financeiros. -----

---- Fez notar que o edil referiu a cobertura do terminal rodoviário, questionando o que se pretende fazer. -----

---- Saliu que o CDS-PP no ano transato, considerou preocupante a falta de verbas no orçamento para uma promoção de Torres Vedras como destino turístico, o que volta a acontecer este ano.-----

---- O **Sr. João Pedro Gomes**, questionou o edil se, havendo a predisposição do governo para que Torres Vedras seja incluído nos grupos de municípios que tenham redução nos “passes”, este orçamento pode acomodar a situação. -----

---- Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos. -----

---- No que se refere à questão dos precários, e face à sua prestação de serviços, o edil respondeu que há poupança superior a 100 mil euros.-----

---- Quanto ao reposicionamento na carreira, em função do descongelamento das mesmas, são mais de 700 funcionários e os procedimentos estão a decorrer e ainda não têm dados fidedignos, referindo que a reintegração dos precários e o reposicionamento na carreira são duas coisas distintas. -----

---- Abordando a intervenção do autarca Pedro Vaza, afirmou que a proposta do PS à Ponte do Rol, foi para reabilitar o atual edifício. A opção do autarca foi adquirir um edifício para o reabilitar. Espera que autarca entregue o projeto na Câmara para esse efeito, o que ainda não aconteceu, e quando isso acontecer estão disponíveis para dialogar.-----

---- Respondendo à questão da suborçamentação, que são vertidas no saldo de gerência, informou que se refere a iluminação pública, apoios, transferências para as juntas bem como reparação de estradas e caminhos. -----

---- No tocante ao “Life Volunteer Escape”, esclareceu que se trata de um projeto ambiental na área da juventude no âmbito do voluntariado, que estão a trabalhar no projeto dos ruivacos.-----

-----Relativamente ao Museu Leonel Trindade informou que a obra prevista se refere ao acesso para pessoas com mobilidade condicionada. -----

-----Quanto à sugestão do membro Sérgio Jacinto, de colocar as contas on-line disse não ser possível, e quanto ao IMI, pode não fazer sentido, mas é a proposta do executivo. -----

-----Informou que a obra no terminal rodoviário diz respeito à cobertura do cais de embarque, e que a promoção turística é constante, fruto de ações diárias que são desenvolvidas quer pela Câmara Municipal quer pela Promotorres. -----

-----Sobre os “passes” disse que não estão alojadas verbas no orçamento e irão falar do assunto mais à frente. -----

-----O **Sr. João Pedro Gomes**, disse que fez esta questão porque sente que é importante para definir o seu sentido de voto. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que este assunto está na ordem de trabalhos, e que a autarquia despenderá todos os esforços necessários para encontrar uma metodologia. Estão empenhados para dar o contributo a nível do financiamento, seja da Câmara, da OesteCIM ou do estado. -----

-----A **Sra. Rita Sammer** solicitou novamente que o edil esclarecesse a questão dos precários, que são integrados na carreira e são colocados no primeiro escalão e agora é necessário reconstituir a carreira, para o qual têm que ser avaliados. -----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia** disse que iria obter os devidos esclarecimentos que transmitiria a todos os membros. -----

-----A Assembleia Municipal, para os efeitos do disposto as alíneas a) e o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, deliberou por maioria de 26 votos a favor e 11 abstenções e 3 votos contra aprovar os Documentos Previsionais para 2019 do município de Torres Vedras - Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal.-----

-----Anota-se que votaram a favor os membros do PS e Pedro Germano, se abstiveram os membros do PSD, PCP, BE e TnL e votaram contra Pedro Vasa e CDS-PP. -----

-----O Sr. Presidente da Mesa sugeriu que fosse feita a discussão conjunta dos pontos 9 e 10 e a votação separada, o que teve a anuência de todos os presentes. -----

## **9 - PROPOSTA N.º 64/CM/2018 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ESTRUTURA ORGÂNICO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS:**-----

-----Presente ofício número 11877, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 2 de novembro, a remeter a proposta de alteração ao regulamento em título de conformidade com o deliberado por unanimidade pelo executivo em 30/10/2018. -----

-----A Assembleia Municipal, para os efeitos da alínea m) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013

de 12/09, na sua atual redação, deliberou por maioria de 36 votos a favor e 4 abstenções aprovar a alteração ao Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que se abstiveram os membros do PCP, TnL e BE. -----

**10 - PROPOSTA N.º 65/CM/2018 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2019 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS:**-----

-----Presente ofício número 11881, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 2 de novembro, a remeter os documentos em título, de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 30/10/2018. -----

-----Devidamente autorizado no uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** começou por informar que para além das obras em curso, uma das prioridades para o ano de 2019 tem a ver com o projeto de deteção de fugas de água, acompanhado de aquisição de equipamento destinado ao controlo de medição de grandes consumidores e o início da setorização das redes. --

-----No saneamento, está previsto o início das obras do emissário do Vale da Azenha, e vários outros locais, incluindo repavimentação de pavimentos e valas. -----

-----Na água salientou a construção do reservatório de MonteRedondo/Loubageira e reabilitação de condutas na Rua Henriques Nogueira, prolongamento de rede e reservatórios, melhoria na poupança de água e gestão de perdas -----

-----Deu nota ainda que receberam o selo de qualidade atribuído pela ERSAR que é a entidade reguladora, na gestão da água, motivo de orgulho pelo trabalho desenvolvido -----

-----Por último assinalou o reforço do quadro de pessoal, com vista a prestar um melhor serviço, e a previsão da figura de Diretor-Delegado como dirigente de topo, repondo a situação existente em 2013, que acham importante para a gestão dos SMAS.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** começou por dizer que o PSD não tem nada a opor, com a reposição da figura de Diretor-Delegado. -----

-----Manifestou algumas dúvidas no que se refere às fusões de seções que houve (armazém e stocks) e que agora parece que se está a voltar ao modelo antigo. -----

-----Numa perspetiva orçamental obviamente que a Câmara terá que voltar a entrar com verbas. --

-----Iguamente colocou dúvidas no que se refere ao facto de estarem a adquirir menos água e aumentar o que têm que pagar, em €114.000,00. -----

-----Disse que gostaria que fosse evidenciado e politicamente assumido como oneroso os locais que faltam em termos de saneamento. Crê que Matacães está nessa situação e queria saber o estado da arte. -----

-----O Presidente de Junta da União de Freguesia de Maxial e Monte Redondo, **Sr. Celso de**

**Carvalho**, interveio no sentido de agradecer aos SMAS, uma vez que o reservatório de Monte Redondo/Loubagueira é muito importante e irá resolver uma série de problemas destas localidades. -----

----Agradeceu o investimento feito pelos SMAS que é transversal a quase todo o concelho, num esforço para colmatar as lacunas existentes nesta área.-----

----O deputado municipal **Nelson Aniceto**, salientou o aumento do valor do orçamento em relação ao ano transato de €1.056.000,00. Por tudo o que já foi referenciado pelo edil, merece a aprovação do grupo municipal do PS.-----

----No que se refere à orgânica lembrou que em 2012, fruto de uma obrigação legal houve a necessidade de eliminar várias unidades orgânicas, que foram retomadas em 2017, e o documento em análise merece a aprovação do grupo Municipal do PS.-----

----O **Sr. Nuno Henriques** assinalou que água e saneamento básico são dois serviços essenciais e nesse sentido considera que os serviços prestados pelos SMAS são positivos. -----

---- Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que endereçou a questão do aumento da água esclarecendo que é um aumento normal da entidade fornecedora.

----Na componente orgânica há a necessidade de criar a Secção de Armazém e Gestão de Stocks, enquanto que a atual Secção de Aprovisionamento e Gestão de Stocks passará a Secção de Contratação Pública, que se dedicará em exclusivo a esta importante área. -----

----Agradeceu as palavras dos deputados municipais Nelson Aniceto, Nuno Henriques e Celso Carvalho. -----

---- Para mais alguns esclarecimentos, solicitou ao Presidente da Mesa que fosse dada a palavra ao assessor **Sr. Sérgio Simões**. -----

----O assessor começando pela orgânica, lembrou que depois de 2012 com as alterações legislativas que ocorreram, foi alterada, tendo havido a fusão entre o Armazém e o Aprovisionamento, mas devido às crescentes exigências legislativas no que respeita à contratação pública, entenderam que deviam autonomizar, tendo sido criada a Secção de Armazém e Gestão de Stocks, enquanto que a atual Secção de Aprovisionamento passará a chamar-se Secção de Contratação Pública. -----

----No que se refere ao aumento da receita com pessoal, explicou que tendo em conta que a média de idades nos SMAS é de 54,8 para os operativos, as chefias do pessoal operário 59,5, administrativos 51,7, técnicos 55,4 e técnicos superiores 42,9, que coloca a média geral em 53,4 e se a possibilidade de a reforma antecipada passar para 60 anos, 23 trabalhadores podem pedir já, dentro de dois anos mais 17 e dentro de 5 anos mais 75. É uma situação que têm que encarar de frente. -----

---- Não devem renovar o quadro numa só vez, mas têm que ter este objetivo em mente.-----

----- Quanto ao que falta fazer de saneamento a base de referencia é 93,5 % do concelho coberto, e existem um ficheiro que é atualizado semestralmente com o estado de cada uma das localidades, ou seja, sabem exatamente onde falta e as dificuldades para lá chegar. Não há nenhum local onde digam que não vão investir-----

----- A Assembleia Municipal para os efeitos das alíneas a) e o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 18/09, na sua atual redação, deliberou por maioria de 29 votos a favor e 11 abstenções aprovar os Documentos Previsionais – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2019 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras. -----

----- Anota-se que votaram a favor os membros do PS, TnL, Pedro Germano e Pedro Vasa e se abstiveram os membros do PSD, CDS-PP, PCP e BE.-----

### **11 - PROPOSTA N.º 66/CM/2018 - AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS:**-----

----- Presente ofício número 12187 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 15 de novembro, a remeter proposta em título, que foi aprovada pelo executivo, por maioria, em 12/11/2018. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que se trata de uma autorização genérica para que ao longo do ano, possam desenvolver o trabalho inerente à componente de apoios financeiros às juntas freguesias.-----

----- A **Sra. Rita Sammer** disse que o grupo municipal do PSD irá manter o sentido de voto, atendendo às competências da assembleia nesta matéria. Com as autorizações genéricas a matéria que sai da esfera da assembleia e passam para a Câmara, desvirtuando o que querem valorizar.-----

----- O **Sr. Jacinto Leandro** lembrou que pode haver necessidade de atribuir um apoio a uma junta de freguesia, no período que medeia a realização das sessões da assembleia, ainda que sejam mais periódicas e assim como é dada esta competência, pode ser retirada.-----

----- O **Sr. Sérgio Jacinto** disse que o TnL não é favorável a autorizações genéricas. É o esvaziamento do papel enquanto membros da assembleia e enquanto fiscalizadores do órgão executivo e assim estão a desvirtuar uma consagração legal. Não vai merecer o seu voto favorável.-----

----- O **Sr. Nelson Aniceto** lembrou que há vários anos que a assembleia aprova autorizações genérica à Câmara das quais dá conhecimento com regularidade ao órgão deliberativo, e a autorização em discussão é necessárias para dar respostas às emergências da gestão diária do dia a dia das freguesias e irá merecer a aprovação do grupo municipal do PS.-----

----- A Assembleia Municipal atenta a sua competência prevista na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12/09, na sua atual redação deliberou, por maioria de 29 votos a favor, 7 votos contra e 4 abstenções, aprovar a seguinte proposta autorização genérica para atribuição de apoios

às freguesias: -----

-----“Considerando que. -----

----- 1) Nos termos do artigo 4.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, a prossecução das atribuições e o exercício das competências das autarquias locais devem respeitar os princípios da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos; -----

----- ii) Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, por um lado, através de delegação de competências em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais e visando a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis; -----

----- iii) Por outro lado, o atual regime jurídico que estabelece as atribuições e competências das autarquias locais determina ainda neste quadro de promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações de forma articulada entre municípios e freguesias, que compete à assembleia municipal, sob proposta da Câmara municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias (cfr. alínea j), do n.º 1, do artigo 25º); -----

----- iv) A periodicidade das sessões ordinárias anuais da assembleia municipal não se compadece com a oportunidade, a conveniência ou a necessidade de atribuição de apoios às freguesias. -----

----- Face ao exposto, propõe-se que a Câmara municipal solicite que a assembleia municipal delibere uma autorização genérica para atribuição de apoios, financeiros ou de qualquer outra natureza, às freguesias a semelhança do que já acontece com a celebração dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e dos Acordos de Execução.” -----

----- Anota-se que votaram a favor os membros do PS, PCP, BE e Pedro Germano, contra os membros do PSD e abstiveram-se os membros do CDS-PP, TnL e Pedro Vasa. -----

## **12 - PROGRAMA DE APOIO À REDUÇÃO TARIFÁRIA NOS TRANSPORTES PÚBLICOS –**

**ART.º 178.º DA PROPOSTA DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2019:** -----

### **12.1 - PROPOSTA N.º 43/AM/2018 – TOMADA DE CONHECIMENTO - OFÍCIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:** -----

----- Presente ofício 12191, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 15 de novembro a dar conhecimento da sua proposta relativa ao Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, a que alude o artigo 178.º, da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2019, aprovada por unanimidade em sua reunião de 13/11/2018 e na qual recomenda ao governo o seguinte: -----

-----“Seja contemplada da Lei do Orçamento de Estado para 2019 a criação de Grupos de Trabalho entre as Comunidades Intermunicipais e Área Metropolitana de Lisboa cujos resultados

sejam refletidos nos despachos a elaborar pelos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e do ambiente e;

----- Na determinação da fórmula de cálculo para a distribuição do financiamento do governo sejam tidos em consideração critérios como a distância dos municípios a Lisboa, numa área de influência com um raio determinado, bem como os movimentos pendulares em transporte público e individual.

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

## **12.2 - PROPOSTA N.º 44/AM/2018 – APRECIACÃO DO PROGRAMA:**

----- Presente proposta dos líderes das bancadas, que se transcreve:

----- “O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Fernando Medina, no Orçamento de Estado para 2019 (OE 2019) propôs a inclusão de uma verba para financiar a aquisição de passes de transportes públicos.

----- O objetivo da referida medida é, segundo o que foi comunicado pelo Governo, promover a redução da utilização de viatura própria nas deslocações para Lisboa e Porto, conseguindo-se dessa forma ganhos significativos ao nível da redução da poluição, decorrente da menor utilização de viaturas e de uma utilização mais intensa da rede de transportes públicos.

----- De facto, ainda se verifica em Portugal uma utilização da rede de transportes públicos aquém do que seria aceitável, tendo em conta as médias nos países da União Europeia, o que porventura se justificará pelo elevado e injustificado preço cobrado pelas operadoras de transportes.

----- Assim, concorde-se ou não com esta medida, a mesma poderá efetivamente promover a utilização mais intensa da rede de transportes públicos e contribuir para a redução de gases poluentes.

----- Na sequência do desenrolar deste assunto, o Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras referiu que tudo faria para que os cidadãos de Torres Vedras fossem também abrangidos pela referida medida, nomeadamente aqueles que diariamente se deslocam para trabalhar em Lisboa e têm de suportar, caso pretendam um passe combinado (Barraqueiro e Carris/Metro) um custo exorbitante de € 165,00.

----- A autoestrada A8 é uma das vias que mais pessoas faz entrar em Lisboa todos os dias, estando equiparada ao IC19 em número, segundo estudos muito recentes. Torres Vedras é responsável pela maior parte destas pessoas que se deslocam a Lisboa pela A8.

----- Os movimentos pendulares diários com origem em Torres Vedras dirigem-se esmagadoramente para a Área Metropolitana de Lisboa e não para outro município da área da OesteCIM.

----- Ao arripio da própria Constituição da República Portuguesa, estendendo a tal comparticipação dos passes decorrente do OE 2019 apenas até ao concelho de Mafra – limite

norte da Área Metropolitana de Lisboa - fica Torres Vedras de fora, pese embora o elevado número de cidadãos que se tem de deslocar diariamente. -----

----- Lembra-se que, a ser assim, um cidadão de Torres Vedras terá de pagar cerca de € 100,00 mais que um cidadão de Mafra para se deslocar a Lisboa, com um passe combinado.-----

----- Tal é, obviamente, inaceitável e exige que os torrienses, desde forças políticas a cidadãos, se mobilizem no sentido de obstar a tal discriminação.-----

----- Sabendo que o OE 2019 ainda se encontra em discussão na especialidade, propõe-se o agendamento desta grave questão, para análise e eventual tomada de posição conjunta. -----

----- Torres Vedras, 13 de novembro de 2018”-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** informou que tinha na mesa duas moções sobre este assunto que se passam a transcrever e que foram lidas pelos seus proponentes:-----

**MOÇÃO – GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:**-----

----- “Redução Tarifária dos Transportes Públicos”-----

----- Considerando que a proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2019 contempla um Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos que consiste na atribuição de uma verba de 83 milhões de euros às autoridades de transportes das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto bem como às Comunidades Intermunicipais.-----

----- Considerando que tal apoio ficará disponível a partir do dia 1 de abril e será destinado, num mínimo de 60%, à redução do preço dos passes, à criação de passes de família e à gratuidade do transporte para menores de 12 anos----- .

----- Considerando ainda que até 31 de janeiro terá de ser determinado por despacho a forma de distribuição do financiamento pelas Comunidades Intermunicipais tendo em atenção o número de pessoas que utilizam transportes públicos ponderado pelo tempo médio de deslocação.-----

----- Considerando que se trata de uma medida virtuosa que pretende a melhoria da atratividade do transporte público e indiretamente a melhoria da qualidade do ambiente e de vida das pessoas. E como tal não pode por em causa a equidade de tratamento entre cidadãos que se deslocam diariamente para Lisboa nos seus movimentos pendulares entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo, nomeadamente entre as NUTS III do Oeste e a área Metropolitana de Lisboa.-

----- Considerando que de Torres Vedras para Lisboa se deslocam diariamente cerca de 1800 pessoas em transporte público e cerca de 3400 viaturas individuais bem como cerca de 1845 deslocações para os restantes municípios da área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Considerando que toda esta situação não se pode vir a consubstanciar num caso de gritante e flagrante injustiça para os cidadãos torrienses.-----

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida nesta data, delibera:-----

----- Exigir que os cidadãos de Torres Vedras usufruam das mesmas, condições que qualquer

outro cidadão residente na Área Metropolitana de Lisboa;-----

----Delegar no sr. Presidente da Câmara de Torres Vedras todos os procedimentos tendentes à prossecução desta deliberação; e-----

----Enviar esta deliberação ao sr. Primeiro Ministro, ao sr. Ministro do Ambiente e demais entidades intervenientes neste processo-----.

---- Torres Vedras, 29 de novembro de 2018-----,

**MOÇÃO DO CDS-PP:** -----

----“Uma recente proposta apresentada pelo Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa traduziu-se num programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos.-----

----Esta proposta de lei prevê uma verba superior a oitenta e três milhões de euros a distribuir pelas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, e às Comunidades Intermunicipais. -----

----Esta medida que visa promover e incentivar a utilização de transportes públicos, visa igualmente o nível da redução das emissões poluentes em 24% que Portugal tem obrigatoriamente que reduzir até ao ano de 2030.-----

----Esta medida beneficiará por razões óbvias o concelho de Lisboa, bem como cerca de 3 milhões de habitantes da Área Metropolitana de Lisboa.-----

---- Torres Vedras é o maior município do Oeste dos distritos de Lisboa e Leiria. -----

---- Quer se queira quer não, a competitividade entre municípios é real, e não podemos ficar de fora de tão importante medida.-----

----A proposta recentemente aprovada, de forma unânime, em sessão de Câmara, proposta na qual nos revemos inteiramente, terá que ter consequências e desenvolvimentos imediatos sob pena de Torres Vedras correr o risco de perder influência e importância em todo o Oeste.-----

---- Passes mais baratos, melhores condições de transporte, mais rendimento disponível nas famílias provocarão níveis de atratividade diferentes entre municípios e os danos serão irreparáveis.-----

---- Se a isto somarmos que a linha ferroviária do Oeste, mesmo com as obras já anunciadas, só terá novas composições ferroviárias em 2023 (conforme assumido pelo Presidente da CP), tememos que também este transporte não será viável nem concorrencial tão depressa. -----

---- Assim, e no espírito da superior defesa de Torres Vedras e do seu concelho, e de todos os cidadãos que necessitam de se deslocar para Lisboa diariamente, vêm os signatários desta moção requerer o seguinte: -----

---- a) Que a Câmara Municipal apele ao Governo e a todos os grupos parlamentares para que seja disponibilizado para o Concelho de Torres Vedras, os mesmos mecanismos já ao dispor dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa. -----

---- b) Que se crie um grupo de trabalho de cidadãos torrienses, a constituir entre membros do

Executivo, da Assembleia Municipal, e utentes para apresentar junto do Governo as nossas reivindicações. -----

----c)Que a Câmara Municipal, prevendo toda a importância que este assunto reflete para o Concelho de Torres Vedras, possa incluir uma verba destinada ao efeito, tal como aliás outros Municípios já o fizeram.-----

----d)Que sejamos solidários com todos os Municípios do País, assumindo as diferenças das verbas disponibilizadas para as Áreas Metropolitanas e para as Comunidades Intermunicipais, exigindo medidas equitativas para todo o território Nacional. -----

----e)Que esta solidariedade que se pretende entre Municípios, seja transmitida a sua Exma. O Secretário de Estado das Autarquias Locais, que certamente saberá de forma exímia transmitir estas diferenças de tratamento a todo o Governo.-----

---- Torres Vedras, 26 de novembro de 2018.”-----

---- Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que começou por salientar a importância da matéria para o território torriense e para a mobilidade de mais de 1800 concidadãos que todos dias fazem a sua vida entre Torres Vedras e a área metropolitana de Lisboa. -----

---- Disse que o atual tarifário onera o rendimento das famílias, e embora concordando com o modelo, entendem que a forma de distribuição do apoio poderá por em causa a equidade de tratamento entre os cidadãos, nomeadamente entre as NUTS II do Oeste e a Área Metropolitana de Lisboa. -----

---- Assim e tendo presente o art.º 178.º do orçamento de estado que regula a implementação das medidas, a posição da autarquia nesta matéria, foi de recomendar ao governo que seja contemplada da Lei do Orçamento de Estado para 2019 a criação de Grupos de Trabalho entre as Comunidades Intermunicipais e Área Metropolitana de Lisboa, e que na determinação da fórmula de cálculo para a distribuição do financiamento do governo sejam tidos em consideração critérios como a distância dos municípios a Lisboa, numa área de influência com um raio determinado, bem como os movimentos pendulares em transporte público e individual.-----

---- Pensa que com a aprovação do orçamento de estado, até ao dia 1 de abril, estão criadas as condições para que se possa encontrar uma plataforma de entendimento sobre a medida.-----

---- Lembrou ainda que a proposta do governo inicial era de 83 milhões de euros e passou na proposta final para 104 milhões de euros, dos quais 60% será distribuído por cada uma das CIM para gestão do modelo.-----

---- Informou ainda que enviaram a recomendação a todos os grupos parlamentares, mas só obtiveram resposta do PS e do PCP.-----

---- Assegurou que querem que esta medida seja justa e equitativa e querem perceber qual o seu reflexo no orçamento da Câmara municipal, no qual ainda não tem nenhum valor previsto, mas

estão disponíveis para o fazer porque se trata de uma medida importante e tudo vão fazer para que haja igualdade de tratamento em relação aos municípios da Área Metropolitana de Lisboa. ----

---- O **Sr. Sérgio Jacinto** alertou que os cidadãos de Torres Vedras, ao dia de hoje, já estão a ser fortemente penalizados. -----

---- Fez notar que a Linha do Oeste está como está e o edil falou em cerca de 1800 utilizadores do Oeste para o concelho Lisboa, 1845 deslocações para os concelhos limítrofes na Área Metropolitana de Lisboa e cerca de 3500 em viatura própria, o que perfaz um total de 7000 pessoas. -----

---- Reafirmou que estão a ser penalizados porque a operadora cobra 60 km, quando são 46 km até ao Campo Pequeno. Os bilhetes para 46 km custa €4,45, ida e volta €8,00 e para 60 km custa €6,80, ida e volta €12,35. O passe combinado custa para 45/48 km €160,40, mas os torrienses pagam €165,00. -----

---- Concluiu dizendo que são dados que estão no site da operadora que a autarquia deve ter presente quando for negociar. -----

---- O **Sr. Nuno Henriques** interveio no sentido de dizer que esta foi uma preocupação do PSD desde sempre e saúda a posição do edil de ir contra esta pretensão do seu próprio partido a defender os torrienses. -----

---- Lembrou que o PSD sempre defendeu que era uma medida para todo o país ou para ninguém e espera que assim venha a acontecer. -----

---- Secundando as intervenções que o antecederam o **Sr. João Pedro Gomes** deu nota da sua satisfação pela intervenção do edil. Acha que todos estão focados nesse objetivo não só pelo que pode representar para o concelho de Torres Vedras, mas também de não onerar tanto as famílias.

---- Pode também ser uma medida boa para dinamizar o concelho, que não será alcançada se não estiverem abrangidos. -----

---- Assinalou que, como a medida está calculada Torres Vedras paga €160,00 e Mafra €40,00 e o CDS-PP disponibiliza-se que para haja consenso nesta matéria. -----

---- O **Sr. Jacinto Leandro**, referiu que concordam com o princípio, mas o grupo municipal do PS, do ponto de vista do conteúdo, não pode aprovar algumas alíneas da moção apresentada pelo CSD-PP. -----

---- Nesta sequência, esclareceu que esta posição tem por base a recomendação aprovada pelo executivo e a explicação do Sr. Presidente da Câmara face ao orçamento de estado, e o que pretendem é reforçar a defesa dos interesses dos cidadãos. -----

---- Disse que não faz sentido nem é prático que se crie um grupo de trabalho de cidadãos torrienses, a constituir entre membros do Executivo, da Assembleia Municipal, e utentes para apresentar junto do Governo, reivindicações e também não faz sentido que se diga à Câmara

Municipal para incluir uma verba destinada ao efeito, tal como aliás outros Municípios já o fizeram.

-----No sentido global estão todos de acordo e exigem tratamento igual, mas a assembleia deve endossar a defesa dos torrienses ao edil.-----

-----A **Sra. Rita Sammer** manifestou-se otimista e que espera estar muito enganada, mas parece-lhe estar montado um pequeno embuste, esperando que o tempo confirme que não tem razão e que se retratará.-----

-----Antes de continuar questionou qual foi a resposta do PCP e PS à Câmara.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que acusaram a receção e remeteram para a comissão de economia.-----

-----De novo no uso da palavra a **Sra. Rita Sammer**, lembra que quando na CPL tiveram conhecimento do ofício do presidente, e como o orçamento de estado já estava em discussão, a matéria foi assinalada como de máxima urgência tendo sido decidido agendar na convicção que teriam hoje matéria para ser trabalhada.-----

-----Agora teme que seja uma “onda” que tem que ser cavalgada porque Torres Vedras não pode ficar para trás, mas que não chega à praia, e haja quem já sabe disso, embora espera estar enganada.-----

-----Fez notar que o montante que está previsto e aprovado no orçamento de estado foi aumentado e nada mais. A matéria que diz respeito à CIM não interessa a Torres Vedras, que tem um movimento pendular fortíssimo. Ou são todos tidos em conta como se integrassem a Área Metropolitana de Lisboa ou não dá em nada. A sua dúvida agudizou-se por não estar nada previsto no orçamento da autarquia, e assim não faz sentido estar a mandar o edil para estas “conversinhas” e também não faz sentido a assembleia estar a discutir isso.-----

-----O **Sr. Pedro Castelo** disse rever-se nas palavras da interveniente que o antecedeu, sendo essas as razões de terem incluído a criação de um grupo de trabalho de cidadãos torrienses, a constituir entre membros do Executivo, da Assembleia Municipal, e utentes para apresentar junto do Governo as reivindicações, o que não pode ser centralizado no presidente da Câmara e a assembleia municipal não se pode demitir deste assunto.-----

-----O **Sr. Nuno Henriques** referiu que ouviram o PS pôr em causa os princípios básicos da representatividade e é a democracia que está em causa, sendo mais fácil para o presidente da Câmara estar acompanhado por todos os partidos representados nesta assembleia. Todos juntos conseguirão ser mais fortes e é necessária esta união. Concluiu referindo que é mais otimista do que a colega e acha que é possível.-----

-----O **Sr. António Carneiro** manifestou-se desagrado com a intervenção da colega Rita Sammer que falou em “embuste”, embora tenha dito que se retrata.-----

-----Não percebe como a moção do PS, que delega no presidente todos os procedimentos

tendentes à prossecução da deliberação da assembleia que exige que os cidadãos de Torres Vedras usufruam das mesmas condições que qualquer outro cidadão residente na Área Metropolitana de Lisboa, é um embuste. -----

---- Admite que o município de Torres Vedras pode ser derrotado, mas o que é a política se não essa luta permanente de ganhos e perdas. A recomendação é uma clara manifestação de vontade política.-----

---- Nesta assembleia municipal não há defensores de Torres Vedras de primeira e de segunda. --

---- Em conclusão disse que estão ali todos com boa vontade para resolver o assunto e o que lhe custou, foi pensarem que não estão a levar isto a sério, lembrando que a moção do PS “exige”.----

---- O **Sr. Presidente da Mesa** interveio no sentido de alertar que a moção do PS é responsabilizante para o Sr. Presidente da Câmara.-----

---- O **Sr. Luís Carlos Lopes** disse ser licito a litigância política, mas pode ser um embuste, pode ser um jogo político. Lembra que ontem aprovaram uma moção sobre OTA e agora como é contra o governo em relação a uma medida muito concreta, já é um grande problema.-----

---- O **Sr. Rui Prudêncio** disse que a moção do CDS-PP foi ultrapassada no tempo, uma vez que o orçamento de estado já foi votado e já estão definidos os critérios pelos quais os valores irão ser distribuídos. A discussão já não está no governo, mas sim nas Comunidades Intermunicipais, e quem Torres Vedras tem a representá-los é o presidente da Câmara e os membros eleitos pela assembleia.-----

---- Assim propõe que o edil em sede de OesteCIM defenda os interesses dos torrienses o melhor que possa e que saiba.-----

---- O **Sr. Pedro Castelo** disse que é um assunto demasiado importante para ficar assim.-----

---- Uma vez que iriam continuar a sessão no dia 4 de dezembro, propôs suspender a votação deste assunto até essa data, pois o CDS-PP, para defender o interesse do concelho, está disponível para dialogar com o PS. Compreende que seja incomodo para o PS porque é difícil ir contra o governo do próprio partido.-----

---- O Presidente da Mesa, **Sr. José Augusto de Carvalho**, disse que a mesa não pode admitir a proposta.-----

---- A **Sra. Rita Sammer** para explicar o “embuste”, pois acabaram de ter a resposta, questionou a razão da moção do PS ir para o governo se o assunto já está na comunidade intermunicipal e estão a discutir dois milhões e a sua distribuição.-----

---- O **Sr. João Pedro Gomes** disse não conseguir perceber a confusão gerada pela proposta de criação de um grupo de trabalho para ajudar o presidente, e pelo qual querem inviabilizar a moção do CDS-PP o que estão al interrogando-se sobre o que estão ali a fazer se já está tudo decidido. Defende que têm que lutar até ao fim enquanto podem.-----

----- O **Sr. Jacinto Leandro** fez notar que as regras são para cumprir, e o CDS-PP só quando viu que o PS iria votar contra é que fez a proposta para adiar a votação. Nos termos em que está, o PS vai votar contra a moção do CDS-PP.-----

----- Terminadas as intervenções passou-se à votação das moções:-----

----- A moção do CDS-PP é para votar e o PS vai votar contra.-----

----- **Moção do PS:**-----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 38 votos a favor e 2 abstenções aprovar a proposta do Grupo Municipal Socialista.-----

----- Anota-se que se absteram os membros do PCP.-----

----- **Moção do CDS-PP:**-----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 24 votos contra, 11 a favor e 5 abstenções não aprovar a proposta do Grupo Municipal do CDS-PP.-----

----- Anota-se que votaram a favor o CDS-PP, TnL, PSD e absteram-se o PCP, BE, Pedro Germano e Rita Vilela.-----

----- Declaração de voto de Pedro Castelo:-----

----- “Espero que o sentido de votação do PS à moção do CSD-PP, apesar de já ter sido explicado pelo deputado municipal Jacinto Leandro seja efetivamente esse o motivo e não de maneira nenhuma um incómodo que eventualmente esta moção poderia causar.”-----

----- Tendo sido alcançada a hora regimental e ainda não terem discutido toda a ordem de trabalhos o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos, indicando que continuariam no dia 4 de dezembro pelas 21.00h.-----

----- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**-----

----- Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

----- **AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2018:**-----

----- Presidiu o Sr. José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário).-----

----- Estiveram presentes os seguintes membros:-----

----- Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz

Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida Henriques, Ana Paula Santos Mota, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luís Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalho Carvalho, Francisco João Pacheco Martins e Artur Alexandre Santos Narciso.-----

---- Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Srs. Vereadores, Marco Henrique Claudino, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Maria João Pinho Ribeiro, Hugo Gerardo Lucas e Cláudia Horta Ferreira.-----

---- O Sr. Presidente da Mesa deu início à reunião retomando os trabalhos no ponto 13, dando nota que as votações serão todas efetuadas no fim da reunião.-----

### **13 - PROPOSTA N.º 67/CM/2018 – PROGRAMA REVITALIZAR E REJUVENESCER (PR2):**-----

---- Presente ofício número 12190 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 15 de novembro, a dar conhecimento que a Câmara municipal, em sua reunião de 13/11/2018, aprovou, por unanimidade, a proposta em título, relativa à redução de taxas a pagar pela ampliação de imóveis objeto de ações de reabilitação em zonas já reconhecidas ou a ser reconhecidas como Áreas de Reconversão Urbanística, situadas no Concelho de Torres Vedras, por parte da jovens entre os 18 e os 35 anos, com o objetivo de atrair jovens e rejuvenescer e reabilitar zonas mais envelhecidas ou mais despovoadas do concelho.-----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** começou por realçar o trabalho que a autarquia tem feito com uma visão integrada do território, nomeadamente no que tem a ver com a reabilitação urbana. As (ARU's) contemplam um conjunto de incentivos, e com o programa em título pretendem alargar os incentivos fiscais existentes para jovens entre os 18 e 35 anos, em sede de IMI, IMT e taxas urbanísticas.-----

---- Esta medida permite para além da atração de população ao concelho, rejuvenescer e reabilitar zonas mais envelhecidas, com jovens que tenham a possibilidade de reabilitar o edificado e faz votos para que este programa tenha um contributo efetivo na reabilitação urbana.-----

---- A líder da bancada do PSD, **Sra. Rita Sammer** disse que o grupo municipal do PSD iria votar a favor deste programa que era muito do seu agrado.-----

---- Como a proposta é para jovens dos 18 aos 35 questionou quais os mecanismos de controlo que vão garantir que o adquirente é efetivamente um jovem e isto não é a fachada de negócio e

verificar que o imóvel é de habitação própria e permanente e que assim permanece durante o período de isenção.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que o compromisso é feito com base na documentação entregue pelos interessados e depois será feita a monitorização e fiscalização ao longo dos tempos de vigência, sob a pena de desvirtuar o programa.-----

----O **Sr. Sérgio Jacinto** disse que o globalmente o programa lhe parece positivo, mas lembrou que os jovens de hoje em dia são jovens durante mais tempo, na casa dos pais, na faculdade, etc., sugeriu que a proposta fosse estendida até aos 39 anos. -----

----A **Sra. Rita Sammer** também deixou à consideração do plenário esta sugestão, tendo presente que se trata de prédios para reabilitar e pode fazer sentido alargar a faixa etária. -----

----Se o objetivo é reabilitar e trazer pessoas para esta zona, se pensarem que se trata de zonas com alguns condicionalismos, nomeadamente o estacionamento, ou os incentivos são mais alargados ou não vão conseguir este objetivo.-----

----O líder da bancada do PS, **Sr. Jacinto Leandro** defendeu que se houver enquadramento legal e não puser em causa a proposta, parece-lhe razoável que se estenda a faixa etária até aos 39 anos, que é a idade que a União Europeia admite nas candidaturas para jovens. -----

----O **Sr. Presidente da Câmara** disse ser razoável e possível do ponto de vista legal. -----

----A Assembleia Municipal, fazendo uso da sua competência prevista na alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade aprovar a proposta relativa ao Programa Revitalizar e Rejuvenescer (PR2), assim como a seguinte proposta de alteração:-----

----“Nos termos regimentais e com fundamento primordial no auxílio à inversão da pirâmide demográfica do concelho de Torres Vedras, propomos que a idade limite para o Programa Revitalizar e Rejuvenescer (PR2) dos jovens candidatos sejam os 39 anos. -----

----Torres Vedras, 4 de dezembro de 2018.-----

----Sérgio Jacinto, Rita Sammer e Jacinto Leandro”-----

#### **14 - PROPOSTA N.º 68/CM/2018 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE HORÁRIOS DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:**-----

----Presente ofício número 12193 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 15 de novembro a remeter o projeto de alteração ao regulamento em título de conformidade com o deliberado pelo executivo em sua reunião ordinária de 13/11/2018. -----

----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que decorridos dois anos da última alteração, que teve como ideia chave a de estabelecer um regime de liberalização de horários, sem fixação de regimes gerais de funcionamento, embora mitigado pela adoção de medidas de controlo de ruído, face a reclamações por parte de moradores e participações à polícia, era

importante visitar este regulamento. -----

-----Ouvidos os agentes do setor, as forças de segurança e a ARESP, esta alteração teve discussão pública, tendo sido encontrado um ponto de equilíbrio, reduzindo o horário de encerramento dos bares (03h00) e das discotecas (06h00) e pretende-se definir um novo regime de funcionamento, estabelecendo determinados limites temporais dentro dos quais os estabelecimentos poderão fixar os seus concretos horários, sem prejuízo de poderem ser efetuados alargamento dos mesmos. -----

-----Julga que esta proposta vai de encontro às expetativas dos agentes económicos e também dos cidadãos que ou não utilizam estes espaços. -----

-----O **Sr. António Carneiro** interveio no sentido de se manifestar a favor da alteração em discussão fazendo notar que se trata de uma matéria que não deve ser vista em termos municipais, mas com um âmbito mais alargado, tendo em vista a realidade dos concelhos vizinhos uma vez que sabe que se as pessoas não puderem estar nos bares em Santa Cruz até às 04.00h da manhã vão para a Ericeira, mas certamente a Câmara ponderou os prós e contras quer ao nível do comércio quer do público. -----

-----As questões de segurança também o preocupam, mas têm que ter presente que à uma ou duas da manhã não está ninguém nas discotecas e este assunto tem que ser visto a nível nacional. -----

-----O **Sr. João Rodrigues**, representante do Bloco de Esquerda, disse que o regulamento que entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2019 não se adequa a um efetivo cumprimento do direito ao descanso da população. -----

-----Alertou ainda que os horários do grupo 2 não podem ter a amplitude definida independentemente da zona onde se inserem, por incluir a variante de bares. O mesmo para o grupo 3, que em zonas sensíveis ou mistas não implica ausência de ruído para o exterior uma vez que nada está previsto e também nada está referido sobre a aglomeração de clientes na via pública. -----

-----O Bloco de Esquerda defende diferenciação de horários de acordo com a zona onde os estabelecimentos se inserem, defendendo também que o regulador desvirtuou o impacto deste tipo de atividades misturando no mesmo grupo, pastelarias e casa de chá com bares. -----

-----Questionou como procederá o executivo quanto ao licenciamento uma vez que muitos bares também têm espaço de dança, ficando entre o grupo 2 e o grupo 3 do art.º 4.º -----

-----A **Sra. Rita Sammer** disse que a alteração em apreço resulta do consenso possível, numa matéria que é difícil pois os barulhos e os distúrbios não se resolvem com os horários, e todos sabem que a noite em Torres Vedras tem tido alguns problemas. Os jovens que saem à noite são cada vez mais jovens, há abuso de álcool e substâncias ilícitas, que se podem resolver com

formação, sensibilização, fiscalização e patrulhamento, que tem que ser sentido. Sem estas questões consagradas, podem mexer nos horários, mas não resolve. -----

---- Deixou a sugestão da iniciativa de sensibilização que foi levada a cabo pela Proteção Civil nas escolas no ano transato e que foi positiva.-----

---- O representante do TnL, **Sr. Sérgio Jacinto**, fez notar que é dos livros que a segurança à noite se combate com a circulação das pessoas, automóveis, boa iluminação e patrulhamento policial.-----

---- Anuiu que se trata de um regulamento equilibrado, sensato, numa matéria difícil e de encontrar pontos de encontro, convidando a uma leitura do art.º 7.º, para sugerir a inclusão dos moradores representados pelas associações de condomínios na listagem das entidades que devem ser consultadas em audiências de interessados. -----

---- Avançando para o art.º 12.º, n.º 1, no que diz respeito à limpeza diária, questionou se está prevista alguma sanção, em caso de incumprimento.-----

---- Fazendo uma análise ao documento o **Sr. João Pedro Gomes** disse que é bom e os horários referenciados pelo edil não o chocam, parecendo-lhe correto o limite das 3 horas nos bares e 6 horas para as discotecas.-----

---- Secunda algumas das intervenções e também alertou para a necessidade de ser feito mais fiscalização e patrulhamento policial que ultimamente é muito escasso pois não se vê elementos da PSP a pé ou de carros, como força dissuasora.-----

---- Considera que deve haver consenso entre as partes, ou seja, entre quem quer descansar e quem quer desenvolver e rentabilizar a sua atividade. -----

---- Tem que haver fiscalização e quem não cumprir deve ser penalizado. -----

---- **O Sr. Luís Carlos Lopes** assinalou que não há mais desculpas para a questão da segurança, já que o governo do país é do mesmo partido da maioria do executivo Municipal. -----

---- Considera que chegaram ao limite, dando nota que ainda hoje viu a PSD de Scooter, sinal que a situação nunca esteve tão mal e delegou no Sr. Presidente da Câmara, como responsável da Proteção Civil em Torres Vedras, a resolução do problema. -----

---- No que se refere à questão da limpeza levantada pelo deputado municipal Sérgio Jacinto, prevista no art.º 12.º, disse ser difícil de cumprir, se tiverem presente que as pessoas deixam as garrafas nos sítios mais dispare, depois de as comprarem noutros estabelecimentos. -----

---- Como última nota, e para que seja tido em conta, alertou que os supermercados vendem sem limite de idade bebidas brancas aos jovens sem pedir identificação. -----

---- A **Sra. Marta Geraudes** subscreveu as palavras da colega Rita Sammer, em relação ao regulamento.-----

---- Lamentou que se fechem ruas e que a PSP só patrulhe de carro dando nota que junto do

núcleo do Sporting, que agora virou discoteca, está a ficar demasiado perigoso transitar e entende que a Câmara municipal tem que tomar medidas. Ainda no passado fim de semana voltou a haver descatos graves e não se sabe se a PSP foi chamada. É um assunto que deve preocupar a todos.-----

----O **Sr. Nuno Henriques** disse achar que vale a pena a Câmara municipal e a assembleia municipal começarem a pensar, com tantas questões de fiscalização e segurança, criar uma policia municipal para Torres Vedras, que trará benefícios em termos de meios financeiros e dará autoridade para resolver problemas. -----

----Deixa o assunto para se refletir, se calhar ainda durante este mandato. -----

----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que o que foi evocado nas intervenções também corresponde às preocupações que a autarquia tem e que verteram nas medidas preventivas que estão a tomar com esta alteração ao regulamento em discussão. -----

---- Lembrou que o facto de os municípios vizinhos estarem a restringir os seus horários, também traz mais fluxos de pessoas a Torres Vedras.-----

----No que se refere a ocorrências, os registos colocam os problemas nos bares entre a 3 e 4 da manhã e nas discotecas entre as 6 e 7 da manhã. Também tem consciência das dificuldades de mobilidade das forças de segurança do concelho, aproveitando para informar que o ministério está a reforçar as frotas e está previsto a atribuição no inicio do ano de viatura para a GNR. -----

---- Sobre a necessidade de formação e cidadania disse ser um trabalho que tem que ser feito em permanência junto das escolas, pais etc. -----

----Deu nota ainda que a OesteCIM está a trabalhar com vista a ter nas principais cidades, um sistema de videovigilância, um sistema dissuasor para melhoria na segurança da nossa região.----

---- Trata-se de um processo que irá demorar algum tempo, mas está em marcha.-----

---- Quanto aos estabelecimentos que não cumprirem, se necessário serão para encerrar e relativamente às coimas, serão aplicadas a quem não limpar. São regras para cumprir de acordo com o regulamento em vigor, e que estão bem definidas com os operadores. -----

---- Concordou que a questão de vendas de bebidas alcoólicas aos menores é um problema que não é fácil de resolver mas podem fazer campanhas de sensibilização juntos dos estabelecimentos comerciais. -----

---- Por último, disse que o deputado Luís Carlos Lopes pode delegar-lhe essa incumbência, mas não podem empolar o assunto porque são situações pontuais que o regulamento presente para aprovação irá ajudar a reduzir e a resolver. -----

---- A Assembleia Municipal tendo presente a competência prevista no art.º 25.º, n.º 1 da alínea g) da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, deliberou por unanimidade, aprovar alteração ao Regulamento de Horários de Estabelecimentos Comerciais e Serviços do Município de Torres

Vedras.-----

**15 - PROPOSTA N.º 69/CM/2018 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ESTACIONAMENTO, CARGAS E DESCARGAS, E REMOÇÃO DE VEÍCULOS ABANDONADOS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:**-----

----- Presente ofício número 12192, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 15 de novembro, a remeter o projeto de alteração do regulamento em título, de conformidade com o deliberado pelo Executivo em sua reunião de 13/11/2018. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que a proposta de alteração em discussão vem no sentido de dar continuidade a este regulamento que é dinâmico, entrou em vigor em 2008 e teve em 2014 a primeira alteração mais profunda, fazendo pequenos ajustamentos importantes à dinâmica da própria cidade ao nível das zonas, cargas e descargas e estacionamento. ----- .

----- Fez notar ainda que a experiência lhes tem mostrado que tem sido um instrumento importante para a gestão da cidade no que se refere à circulação rodoviária, disciplinar e ordenamento de trânsito, redução do estacionamento desordenado e abusivo e soluções de estacionamento periférico.-----

----- Esta alteração possibilita a simplificação de alguns procedimentos, criação de mais lugares de estacionamento e mais bolsas de estacionamento de longa duração.-----

----- Assim, sendo difícil de ter tudo na perfeição, pensa que esta revisão irá melhorar alguns aspetos com os quais estão a contribuir para melhorar a mobilidade na cidade. -----

----- Teve de seguida a palavra o deputado municipal **Sérgio Jacinto** para indicar que só quem não circula pela cidade é que não vê que está um caos para circular.-----

----- Pensa que há necessidade clara de que a fiscalização seja mais imprevisível, mais pedagógica e mais musculada, sendo uma tarefa muito espinhosa para os funcionários da Promotorres.-----

----- Se é verdade que cada morador teve que pagar €10,00 ao município para estacionar, há cidadãos usuários do espaço da cidade diariamente, com lugar quase cativo frente aos seus lugares de interesse que nestes 4 anos não pagaram esse valor, alguns deles nem residem no concelho. -----

----- Reafirmou que era importante que as equipas de fiscalização atuem de igual modo de manhã e à tarde e não tivessem só horário expediente. -----

----- O **Sr. Luís Carlos Lopes**, tal como o colega que o antecedeu, assinalou a existência de mais fiscais de manhã e não tantos à tarde entre as 17.00h e as 19.00h quando há mais estacionamento desordenado e abusivo.-----

----- Manifestou algumas dúvidas quanto à nova bolsa de estacionamento situada a sul da cidade mencionada pelo edil, pois localiza-se logo após a rotunda e questionou onde será colocada a

entrada que poderá criar algum conflito no trânsito.-----

---- O Presidente de Junta de Freguesia do Ramalhal, **Sr. António Espírito Santo** lembrou que o regulamento em causa também regula a remoção de veículos abandonados na via pública, para dizer que nas aldeias e lugares onde a Promotorres não atua, se torna mais fácil as pessoas abandonarem os carros e estacionarem abusivamente.-----

---- Referiu ainda que são as juntas de freguesia que alertam a Câmara para que os veículos sejam removidos.-----

---- Referiu-se também aos veículos em fim de vida que são deixados nos eucaliptais, o que torna mais difícil a sua remoção, uma vez que a Câmara não pode atuar em terrenos privados.-----

---- Deixa o seu alerta para estas situações complexas, para a Câmara Municipal ter em atenção, já que são comuns a todas as aldeias do concelho.-----

---- Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que relativamente às observações feitas ao caos que está o trânsito na cidade, disse que o movimento é normal e as horas de ponta são mesmo assim, mas depois volta à normalidade.-----

---- Concorda que há situações abusivas, mas que têm vindo a resolver e também concorda que tem que haver ajustes de horários no que se refere à fiscalização feita pelos funcionários da Promotorres.-----

---- No que se refere à nova bolsa de estacionamento assegurou que reúne todas as condições de segurança.-----

---- Por último, no tocante à intervenção do autarca do Ramalhal, que é uma preocupação relevante, esclareceu que cabe à fiscalização municipal e que atua de imediato quando são alertados.-----

---- Esclareceu ainda que em propriedade privada, notificam o proprietário no sentido da remoção e se este não cumprir a autarquia atua e retira o veículo.-----

---- A Assembleia Municipal tendo presente a competência prevista no art.º 25.º, n.º 1 da alínea g) da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Regulamento de Estacionamento, Cargas e Descargas, e Remoção de Veículos Abandonados do Município de Torres Vedras:-----

## **16 - PROPOSTA N.º AM/38/2018 - DESIGNAÇÃO DE EFETIVOS E SUPLENTE PARA DIVERSOS ÓRGÃOS EM REPRESENTAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

---- Presente proposta conjunta dos grupos municipais, datada de 30 de novembro.-----

---- O **Sr. Presidente da Mesa** disse que iriam proceder às eleições em título que seriam feitas por escrutínio secreto, em cumprimento do n.º 3 do art.º 55.º da Lei 75/2013 de 12/09, dando nota da metodologia a seguir.-----

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 38 votos a favor, 1 voto contra e 1

abstenção, a designação de efetivos e suplentes para diversos órgãos em representação da assembleia municipal que se seguem:-----

----- Conselho Consultivo da Área de Paisagem Protegida da Serra de Socorro e Archeira:-----

----- Suplente: Paulo Dinis Faustino Valentim -----

----- Conselho Municipal da Juventude:-----

----- PS -----

----- Efetivo: Paulo Dinis Faustino Valentim; Suplente: Ana Rita Vilela Ribeiro -----

----- PSD -----

----- Suplente: Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques-----

----- PCP -----

----- Suplente – Ana Paula Santos Mota -----

----- CDS-PP -----

----- Suplente – Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo -----

----- TnL -----

----- Efetivo – Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto -----

----- Conselho da Comunidade do ACES Oeste Sul: -----

----- Suplente: Susana Maria Ribeiro Neves -----

----- Conselho Consultivo do Centro Hospitalar do Oeste: -----

----- Efetivo: Rui José Prudêncio-----

----- Suplente: Susana Maria Ribeiro Neves -----

----- Conselho Municipal de Segurança: -----

----- PS -----

----- Suplente - Nelson Laureano Oliveira Aniceto-----

----- PSD -----

----- Suplente: Marta Filipa Sousa Geraldés -----

----- PCP -----

----- Suplente – Pedro Manuel Batista Campos -----

----- CDS-PP -----

----- Suplente – Ivo Carlos Ribeiro Gomes -----

----- BE -----

----- Efetivo – Ana Filipe do nascimento Mathiote Pereira Simões -----

----- Suplente - Pedro Pisco-----

----- TnL -----

----- Efetivo – Jorge Alexandre da Silva Nunes; Suplente – Francisco José Silva Nunes -----

----- Comissão Alargada de Proteção e Jovens de Torres Vedras: -----

----- PS -----

----- Suplente: António Fernando Alves Fortunato -----

----- PSD -----

----- Suplente: Ana Filipa Henriques Serralha -----

----- PCP -----

----- Suplente - Inês Isabel Mota Antunes -----

----- CDS-PP -----

----- Suplente - João Marcelo Garcia Marques. -----

**17 - PROPOSTA N.º AM/39/2018 – ADESÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS:** -----

----- Presente proposta do presidente da Assembleia Municipal, de 29 de novembro a recomendar à Câmara que delibere propor a participação do município de Torres Vedras na Associação Nacional de Assembleias Municipais, que tem como desiderato uma maior dignificação destes órgãos, como via para a melhoria da democratização a nível local, apoiando e promovendo para o efeito, estudos, seminários, congressos e publicações, que será representada, atento o art.º 3.º dos seus estatutos, pelo Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, **Sr. José Augusto de Carvalho** fez uma breve apresentação da proposta sobre a associação em causa. -----

----- **A Sra. Rita Sammer** tendo em conta o caráter que o Presidente da Assembleia tem imprimido ao funcionamento deste órgão, anuiu que faz todo o sentido aderirem a esta associação e o grupo municipal do PSD votará a favor. -----

----- O **Sr. Sérgio Jacinto** subscreveu as palavras da colega Rita Sammer, no sentido de que esta assembleia tem tido um papel muito ativo, fiscalizador, participativo e a proposta de adesão faz todo o sentido. -----

----- O **Sr. Jacinto Leandro** também subscreveu estas palavras, na esperança de que com esta associação, as assembleias municipais possam ter um papel gradativamente mais influente nos destinos dos municípios. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade recomendar à Câmara que delibere propor a participação do município de Torres Vedras na Associação Nacional de Assembleias Municipais, e que seja representado atento o art.º 3.º dos seus estatutos, pelo Presidente da Assembleia Municipal. -----

**18 - PROPOSTA N.º AM/40/2018 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM:** -----

----- Presente proposta do presidente da Assembleia Municipal, o qual fez uma breve apresentação da mesma e que se transcreve de seguida na íntegra. -----

----- **Proposta** -----

-----“É evidente o afastamento dos jovens da vida autárquica.-----  
-----A democracia é indissociável da cidadania ativa e responsável em que se valorize uma participação informada, na defesa dos direitos e na assunção dos deveres de cidadão.-----  
-----Impõe-se como irrecusável e inadiável proporcionar aos jovens, oportunidades de participação cívica, preparando-os para o debate e discussão de ideias entre pares, mobilizando as suas capacidades de argumentação, no respeito pelos valores da sã convivência democrática e da formação da vontade.-----  
-----Neste sentido, torna-se indispensável sensibilizar os jovens para as questões do poder local, designadamente quanto às atribuições, competências e regras de funcionamento dos respetivos órgãos, capacitando-os para o respetivo contributo na resolução de problemas de âmbito local dando-lhes voz junto dos órgãos municipais.-----  
-----Numa palavra: o desenvolvimento e a democracia reclamam a participação cívica e a aproximação dos jovens aos eleitos locais.-----  
-----Nestes termos, tendo em vista a promoção de valores de cidadania e participação da juventude do município de Torres Vedras, e á semelhança do já sucedido em inúmeros outros municípios, justifica-se a criação do programa “Assembleia Municipal Jovem de Torres Vedras” (AMJITV).-----  
-----Para o efeito, foi contactado o presidente da Câmara Municipal e estabelecido diálogo com a vereadora da área da Juventude.-----  
-----Entende-se que a constituição da AMJ/TV deve envolver a participação de alunos eleitos ou designados por cada uma das escolas secundárias e profissionais do concelho-----.  
-----O respetivo mandato deve ser fixado, nesta fase inicial, com a duração de um ano.-----  
-----Nas primeiras sessões da AMJITV deve ser, sucessivamente, eleita a Mesa e aprovado o respetivo Regimento, bem como proposto para discussão e aprovação um tema base de trabalho.  
-----A sessão final deve ser destinada ao debate e à votação das propostas desenvolvidas.-----  
-----A proposta mais votada considera-se aprovada, pelo que é entregue ao presidente da Câmara Municipal como recomendação, o qual fará empenho em dar conta da concretização da mesma. --  
-----De permeio, entre as sessões iniciais e a sessão final, com o apoio dos serviços técnicos da Câmara Municipal, desenvolver-se-á, em cada escola, o trabalho de aprofundamento do tema base em ordem à apresentação da correspondente proposta.-----  
-----As propostas em causa deverão obedecer, designadamente, às seguintes condições:-----  
-----Inserção nas atribuições municipais; inserção no tema base; custo máximo pré-fixado e de interesse para a comunidade local.-----  
-----Poderá, ainda, ter lugar nestas sessões formais da AMJ/TV um período para perguntas a representantes do executivo e/ou do deliberativo municipal.-----

-----A aproximação dos jovens aos eleitos locais, bem como o apoio ao conhecimento da problemática do poder local e das regras de funcionamento dos órgãos municipais, são assegurados por dois deputados municipais/presidentes de Junta de Freguesia, por cada escola, como deputados tutores. -----

----- Os membros da AMJ/TV serão objeto da correspondente certificação.-----

----- Colhida a experiência do primeiro ano do programa, será fixado um normativo de estabilização.-----

----- Em conformidade, a Assembleia Municipal de Torres Vedras reunida em sessão ordinária com início a 29 de novembro, delibera criar, com efeitos imediatos, o programa “Assembleia Municipal Jovem de Torres Vedras” cuja execução é cometida em parceria a este órgão e à Câmara Municipal.-----

----- Torres Vedras, 27 de novembro de 2018.”-----

----- Pedeu para intervir a deputada municipal **Marta Gerales** para frisar que de facto o presidente da assembleia tem tentado dignificar o órgão, os membros têm sentido que todas as cores políticas presentes têm tido muito mais respeito, dando os seus parabéns pelo feito.-----

----- Manifestou a sua satisfação pelo avançar com deste projeto, que considera importante para se aproximarem dos jovens de uma forma credível, relevando também o esforço de articulação feito entre a comissão permanente de líderes e a vereadora Ana Umbelino, no sentido de não serem sobrepostas atividades do município com o mesmo objetivo.-----

----- Defendeu que o regulamento que urge neste tipo de atividade, deve referir o montante máximo para concretizar a proposta vencedora, devendo também ser transparente e ter regras explícitas e credíveis para os jovens saberem com o que podem trabalhar, e não depender do poder discricionário do presidente da Câmara.-----

----- Segundo percebeu ficariam assim com três atividades, o jogo do município 2.º e 3.º ciclo sem montante, para jovens pensarem o concelho com um tema anual, a assembleia municipal jovem para o secundário, com valor para a proposta vencedora e o orçamento participativo jovem dos 18 aos 35.-----

----- Aproveitou para questionar o Presidente da Câmara sobre o orçamento participativo jovem, que está previsto no orçamento, mas nada mais sabem.-----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia**, esclareceu que numa reunião que a comissão permanente teve com a Vereadora Ana Umbelino, acertaram que não haveria atropelos. Nesta fase inicial o mandato é de um ano, após o que deve ser estabilizado o normativo aplicável para que se harmonize.-----

----- Esclareceu ainda que vão articular o projeto com a Câmara municipal, e sabendo da periodicidade da AM invocou o art.º 22, n.º 1, alínea h) do regimento que permite que a assembleia

delegue competências na comissão permanente, no sentido de dar alguma fluência ao programa para não terem problemas de calendarização.-----

----- Lembrou também que o custo máximo pré-fixado é uma questão importante, a qual espera que seja consensualizada com a Câmara municipal em ordem a que não haja nenhum percalço, dentro da margem de manobra que tem dentro do seu orçamento. -----

----- O **Sr. Rui Lopes** subscreveu algumas das palavras da colega Marta Geraldês, no sentido de que a criação da Assembleia Municipal Jovem é sem dúvida um passo importante no seu futuro e para aproximar os jovens da política.-----

----- Assinalou que enquanto jovens têm dificuldade de transmitir aos amigos o que fazem no órgão deliberativo e qual o seu papel. -----

----- Pensa que deve ser conciliado com o jogo do município, que tem tido resultados interessantes numa faixa etária menor e que será um projeto abraçado pelos jovens que os membros da assembleia devem ajudar a divulgar.-----

----- A relação com o orçamento participativo jovem pode existir quer em termos de idade quer em termos de projetos, o que mostra que todos estes instrumentos são para ser aproveitados e pode haver correlação entre eles. -----

----- Concluiu dando um “bem haja” e disponibilizando-se para apoiar.-----

----- Face aos esclarecimentos do Presidente da Assembleia a **Sra. Marta Geraldês** interveio para dar nota que o grupo municipal do PSD nada tem contra a proposta em título, com a consciência que urge a necessidade de um regulamento, na certeza que lhes dará informação do desenrolar do processo. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dar nota que a autarquia tem ao seu dispor um conjunto de instrumentos e atividades para os jovens e que este ano estavam reunidas as condições para avançar com o orçamento participativo jovem. -----

----- Com a abordagem da Assembleia Municipal para que seja criada a Assembleia Municipal Jovem, têm que entrosar os três programas que vão ter ao serviço da juventude torriense e devem ser articulados com a área da educação e da juventude. -----

----- No que refere ao orçamento participativo jovem, informou já está incluído no orçamento uma verba para 2019 e há equipas que estão a trabalhar para ter este instrumento a funcionar.-----

----- Pensa que estão reunidas as condições para avançar com a criação da Assembleia Municipal Jovem e podem contar com a Câmara municipal para o efeito. -----

----- De novo no uso da palavra a **Sra. Marta Geraldês** frisou ser importante para a credibilização do Orçamento Participativo Jovem, que este instrumento não se torne em mais €50.000,00 do orçamento participativo, ou seja que não sejam os jovens meios para financiar instituições. Devem ser ideias genuínas dos jovens para melhorar a sua freguesia e a sua cidade. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** lembrou que no orçamento participativo, existem normas de participação, no entanto têm que balizar muito bem para evitar as tentações que a deputada citou.

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a proposta e nesse sentido criar, com efeitos imediatos, o programa “Assembleia Municipal Jovem de Torres Vedras” cuja execução é cometida em parceria a este órgão e à Câmara Municipal. -----

## **19 - COMISSÃO DE SAÚDE:**-----

### **19.1 - PROPOSTA N.º AM/41/2018 – APRECIACÃO DO RELATÓRIO:**-----

----- Presente o segundo relatório da comissão eventual de saúde, que se considera integralmente transcrito e que foi distribuído a todos os membros, do qual o Presidente da Mesa, fez uma breve apresentação. -----

----- De seguida foi dada a palavra à **Sra. Susana Neves** que teceu algumas palavras sobre a matéria em foco no relatório em apreço. -----

----- Assim evidenciou que no dia 30 de julho com o aviso n.º 10302-A/2018, 13 vagas para o Oeste Sul foram abertas, das quais sete médicos colocados em Torres Vedras. -----

----- Destes já há 6 colocações efetivas, aguardando-se o ingresso do 7.º médico no princípio do próximo ano. Com a abertura deste concurso a percentagem de cobertura dos utentes que não tinham médico de família e que passaram a ter permitiu, posicionar o ACES Oeste Sul em 4.º lugar face a um total de 55 agrupamentos de centros de saúde nacionais e isto numa temporalidade de dezembro 2017 a outubro do presente ano, por isso estão de parabéns. -----

----- No entanto ainda têm a realidade de 8000 utentes inscritos sem médico de família devendo esta comissão continuar a trabalhar conjuntamente com a ACES Oeste Sul e pressionar a administração central do sistema da saúde e o próprio ministério da saúde, para resolver tal exclusão acreditando que mais 5 médicos de família resolveriam o problema. -----

----- Alertou que face ao histórico tão empobrecido de abertura de concursos para colocação de médicos de família, devem estar atentos a algum retrocesso por parte da administração central do sistema da saúde sendo esse o sentido e a missão política desta casa. -----

----- Saliu que o procedimento concursal para o ingresso no internato médico volta a ditar maior abertura de vagas no norte. Criam-se assim reservas estratégicas de médicos que num percurso geral de quatro anos de formação, quase sempre, acabam por iniciar os seus projetos, a sua trajetória de vida pessoal e pretensões de carreira profissional neste mesmo território. -----

----- Assinalou que numa futura colocação de médicos em Torres Vedras 4 são provenientes do norte. Também questiona a razão de haver um número maior de vagas formativas, isto é, de internato médico na ARS norte, e a razão da ordem dos médicos reconhecer nos estabelecimentos de saúde do norte uma superior idoneidade dos mesmos, afinal a prática médica é boa no norte e não é boa em Lisboa e Vale do Tejo, no Oeste. -----

----- Considera que a ordem dos médicos, que deveria ser considerada uma entidade parceira consultiva do ministério da saúde, é reconhecida como entidade absolutista nas suas decisões, fazendo ocupar estas vagas formativas despreocupando-se com necessidades locais. Assim o resultado deste número de vagas de internato médico da administração regional do norte poderá por em causa a própria efetividade, resiliência, permanência e continuidade dos médicos de família no concelho, associada às dificuldades futuras, na retenção do pessoal médico e a própria acessibilidade, isto é, se o internato médico, não virá retirar vagas ao concurso para responder aos ainda 8000 utentes sem médico de família em Torres Vedras e só voltarão a descer o número de utentes com médicos de família. -----

----- Por tudo o já referido defende ser pertinente que o Ministério da Saúde, sobre o assunto internato médico realize uma revisão da lei, na persecução de um princípio justo e igual na abertura de vagas do internato médico, quer nas futuras vagas para colocação dos médicos de família, sem voltar a retirar o olhar sobre a saúde de Lisboa e Vale do Tejo e do Oeste. -----

----- No que se refere aos projetos ACES Oeste SUL disse que vêm responder aos programas da Direção Geral da Saúde, ou seja os prioritários do atual governo, referindo a prevenção e controlo do tabagismo, da promoção da alimentação saudável, da promoção da atividade física da diabetes, doenças vasculares e oncológicas. -----

----- Referenciou ainda o programa da saúde visual e saúde oral que embora já prioritários desde 2002, começam agora a apresentar desenvolvimento e impacto. Espera ver o nosso ACES a continuar estes projetos, melhorando-o e ampliando os rastreios no âmbito da oncologia, associando a outros tumores. Deixou o desafio de instituir pelo menos mais um programa prioritário, concretamente o programa da saúde mental. -----

----- Por último sugeriu que o ACES Oeste SUL inicie um trabalho de investigação sobre os familiares cuidadores, um grupo alvo em grande exaustão apelando a cuidados de saúde com mais qualidade, e naturalmente menos desigualdade. -----

----- O **Sr. Nuno Henriques** disse ter apreciado a coerência e as palavras da colega e que é preciso o governo do PS ter atenção à saúde, com discriminação positiva nalgumas regiões. -----

----- Anotou que já tinha alertado numa sessão anterior que o primeiro relatório da saúde não tinha sido disponibilizado aos profissionais de saúde do concelho. -----

----- Concluiu dando nota que as pessoas que não têm médico de família, vêm para o CATUS e às vezes não há médico público no concelho, mas nem sequer fazem reclamações em livro próprio para o efeito. -----

----- Reportando-se ao facto de muitos dos médicos que vêm para o concelho serem norte o **Sr. Luís Carlos Lopes** lembrou que das 7 faculdades de medicina, 5 são no Norte, e há 2 preparatória nos Açores e na Madeira. -----

----- Lembrou que na Ordem dos Médicos, já há imensos anos que definem os critérios, mas fez notar que Medicina Geral e Familiar é a especialidade menos apetecível e é a que fecha com nota mais baixa. A abertura de vagas é fruto de uma parceria que existe desde sempre com o Ministério da Saúde, o que não é nada de novo e sempre foi a Ordem dos Médicos a definir o grau de especialista tal como acontece noutras profissões.-----

----- Assim, não se admira que há muitos mais alunos no norte, e o facto das condições físicas das instalações e em termos de formação, no hospital de Torres Vedras, não serem as melhores faz com que seja menos apetecível médicos virem para Torres Vedras. -----

----- O **Sr. Pedro Castelo** lembrou que a comissão que se constituiu como eventual tem sido importante no apuramento das necessidades do concelho e das graves carências em todos os hospitais do Oeste.-----

----- Estão agradados com a colocação de mais médicos de saúde em Torres Vedras, mas sabem que nas unidades de saúde em Torres Vedras há médicos que se vão reformar, e o problema está parcialmente resolvido, pois 8 mil utentes sem médico de família ainda é um número muito elevado. Além de que é publico que há um desinvestimento grande nesta legislatura em termos de saúde. -----

----- Referiu que na reunião com a nova administração do CHO, puderam perceber que o mau nome dos centros hospitalares, afasta os médicos para fazerem internato, e este assunto merece uma reflexão profunda. -----

----- Acha que a comissão ainda tem muito trabalho para fazer e para fiscalizar e cá estarão para o fazer. -----

----- A **Sra. Rita Sammer** começou por referir algumas questões que os preocupam, concretamente o facto de o capital estatutário do CHO EPE ser para pagar a dívida e que hospital novo só é possível para daqui a 15/20 anos, que coloca a questão premente da requalificação dos espaços e é preciso perceber o que fazer, para além da falta de atratividade, que faz com os médicos não queiram vir para o CHO. -----

----- Questionou também qual o ponto de situação da questão da Santa Casa da Misericórdia, no que se refere às negociações sobre a permuta do Hospital do Barro, que pode condicionar uma tomada de posição da Administração Central sobre hospital de Torres Vedras. -----

----- O **Sr. Rui Prudêncio** interveio no sentido de apresentar o relatório da reunião da comissão com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Oeste, que consta do relatório em discussão e que teve como objetivo obter elementos de gestão e produção do hospital de Torres Vedras, tipos de constrangimentos e aprofundar qual a estratégia deste conselho de administração para resolver estas situações.-----

----- Assim, deu nota da área de influência em termos de habitantes, das especialidades/valências

que possuiu e das dificuldades evidenciadas. Por ultimo referiu algumas das medidas que o CA pretende implementar, para resolver ou mitigar algumas das situações, tais como abertura de vagas para médicos, enfermeiros a assistentes operacionais, aquisição de equipamento médico, e hoteleiro, criar unidade diferenciada de psiquiatria, trazer laboratório de patologia (que está a funcionar no Santa Maria), criação de uma unidade de cuidados intermédios, de hospital domiciliário, iniciar o processo de criação de uma unidade de cuidados intensivos e as obras de urgência.-----

---- O **Sr. António Moreira** interveio no sentido de informar que tem uma ação, em nome pessoal, contra o estado português para o obrigar a construir um hospital em Torres Vedras, e logo que tiver conhecimento da contestação dará conhecimento pois acha que é uma vergonha para os torrienses que tenham que se deslocar a Vila Franca de Xira ou Caldas da Rainha.-----

---- Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para se pronunciar sobre esta matéria.-----

---- O Edil disse que na questão da saúde todos têm que dar o seu melhor, sendo necessário ter oferta que vá de encontro às expetativas.-----

---- Lembrou que há três anos atrás tinham 30 mil torrienses sem médico de família, e que num trabalho que os dois órgãos têm vindo a desenvolver com a tutela, agora são 8 mil, com tendência a melhorar e este tem que ser o caminho para que todos os torrienses tenham médico de família. -

---- No que se refere à saúde hospitalar o diagnóstico está feito, e sabem quais são os problemas, e agora precisam de saber que medidas necessitam tomar.-----

---- Informou que não conseguiram chegar a um acordo com a Santa Casa da Misericórdia, uma vez que na primeira reunião a autarquia disse não ter condições para pagar 25 milhões propostos para adquirir a propriedade (Barro e hospital) e na segunda 20 milhões, para além de que são valores que não se contabilizam as avaliações de 8,4 milhões (hospital Torres Vedras) e 4 milhões (hospital do Barro), pelo que já afastaram a ideia.-----

---- Mais informou que está a decorrer um processo negocial de arrendamento com a administração do CHO e resta tentar encontrar soluções para o futuro.-----

---- Deu nota que está em curso um processo para a renovação das urgências do hospital de Torres Vedras.-----

---- Concorda que a construção de um hospital novo só deverá ser possível dentro de 15/20 anos, e se conseguirem mapear este hospital no novo quadro comunitário de apoio já é um bom contributo e apesar de esta não ser uma matéria consensual na OesteCIM e terem de encontrar uma plataforma de diálogo para os municípios que não têm tão boa oferta.-----

---- Torres Vedras vai ter uma luta constante e diária para ultrapassar os constrangimentos elencados, e para garantir prestação de serviços de qualidade.-----

---- Por último deixou uma palavra de grande apreço aos profissionais que trabalham no nosso

território e que com tantas dificuldades mantém os seus níveis de profissionalismo. -----  
---- Quanto à parte do hospital que pertence à Santa Casa, **a Sra. Rita Sammer** lembrou que há mecanismos legais para resolver a questão da compropriedade, e se calhar vale a pena ir por esse caminho, já que pode ser altamente comprometedor para algum investimento que o estado queira fazer com no hospital de Torres Vedras. -----  
---- No que se refere à deslocação da farmácia do hospital para Caldas da Rainha, lembrou que a questão não está resolvida e está na altura de o edil dar um “murro na mesa”, deixando-lhe esse repto. -----  
---- O **Sr. Presidente da Mesa** deu nota que a Administração do CHO desconhece a existência de um despacho que colocava a farmácia nas Caldas da Rainha. -----  
---- O **Sr. Luís Carlos Lopes** defendeu que deve haver uma aproximação à Santa Casa da Misericórdia sendo 25 milhões obviamente um valor exagerado, mas é uma questão preocupante, tem que haver diálogo e a Santa Casa podia ter dito logo que não estava interessada. -----  
---- Assim apelou que não se extremem posições, já que esta instituição fez e faz um trabalho válido no concelho. -----  
---- Revendo-se nesta intervenção o **Sr. Pedro Castelo** disse que a instituição Santa Casa merece todo o respeito, mas nenhuma instituição se deve sobrepor aos interesses dos torrienses.  
---- Disse que continuam a apoiar o edil nesta intenção, mas será muito difícil o estado contemplar grandes investimentos no Hospital de Torres Vedras se metade do edifício não é dele. -----  
---- O **Sr. António Carneiro** saudou esta intervenção pois a Santa Casa é de todos e louvou a coragem e o pragmatismo do deputado. -----  
---- Relativamente à questão da farmácia o **Sr. Presidente da Câmara** disse que ainda não tinha desistido e iria continuar a lutar para que fique em Torres Vedras, até ao limite das suas capacidades, relevando a excelente relação que tem tido com a nova administração do CHO. -----  
---- No que se refere às negociações com a Santa Casa colocaram todos os cenários e variáveis em cima da mesa e não há margem para muito mais. Tem que perceber o caminho a fazer e que solução se pode encontrar e fazer com que o Estado invista no edifício hospitalar do Barro. -----  
---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

## **19.2 - PROPOSTA N.º AM/42/2018 – PROPOSTA DE TRANSFORMAÇÃO DA COMISSÃO EVENTUAL EM COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE:** -----

---- Presente proposta elaborada pelo presidente da assembleia, datada de 29/11/2018 e que a seguir se transcreve: -----

---- **Proposta.** -----

---- “Com a apresentação do presente relatório (o 2.º) proponho que se extinga a Comissão Eventual de Saúde. -----

-----A experiência vivida no decurso da Comissão Eventual, a subsistência de graves problemas nesta área relevante para os torrienses justifica que, nos termos do Regimento, se constitua uma Comissão Permanente.-----

-----Assim, proponho a constituição da Comissão Permanente de Saúde com a seguinte composição:-----

----- Um representante de cada Grupo Municipal e -----

----- O representante da Assembleia Municipal no ACES Oeste Sul (José Augusto de Carvalho) ----

----- O representante da Assembleia Municipal no CHO (Rui Prudêncio)” -----

----- A Assembleia Municipal fazendo uso da competência prevista no art.º 24.º do seu regimento, deliberou, por unanimidade aprovar a proposta de transformação da comissão eventual em Comissão Permanente de Saúde com a composição acima mencionada. -----

**20 - PROPOSTA N.º 70/CM/2018 – TOMADA DE CONHECIMENTO - ANULAÇÃO DO CONTRATO - EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DE OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DE SANTA CRUZ - 1ª FASE, ATÉ AO MONTANTE DE € 300.000,00:**-----

----- Presente ofício número 11441 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 19 de outubro último a dar conhecimento que a Câmara municipal, em sua reunião de 16/10/2018, tomando conhecimento do teor da informação 40/DF, datada de 11/10/2018, subscrita pela chefe da divisão financeira, deliberou anular o contrato de empréstimo celebrado com o Banco BPI em 12/09/2016 para financiamento da obra em título.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que o cancelamento resulta do facto de o primeiro concurso ficado deserto, tendo sido necessário alterar o preço base e lançar novo procedimento e não se prevendo possível utilizar o valor contratado, antes do final do prazo estabelecido no contrato. A Assembleia Municipal, tomou conhecimento, atenta a sua competência para autorizar a contratação de empréstimos prevista na alínea f), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação.-----

**21 - PROPOSTA N.º 71/CM/2018 - EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DE OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DE SANTA CRUZ- 1ª FASE, ATÉ AO MONTANTE DE € 440.806,45:**-----

----- Presente ofício número 12240, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16 de novembro último, a informar quem sua reunião de 13/11/2018 deliberou selecionar a proposta apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, com a taxa indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,99%, dado ser a instituição que apresenta um spread mais baixo, com a periodicidade do pagamento das prestações trimestral.-----

----- Tendo presente a competência do órgão deliberativo, prevista na alínea f), do n.º 1, do art.º

25º, da Lei n.º 75/2012, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a contratação do empréstimo de longo prazo para financiamento de obra de requalificação do parque municipal de Santa Cruz- 1ª fase, até ao montante de € 440.806,45 à Caixa Geral de Depósitos, com a taxa indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,99%, e periodicidade do pagamento das prestações trimestral.-----

## **22 - AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS:**-----

### **22.1 - PROPOSTA N.º 72/CM/2018 - EMPREITADA PARA A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DESPORTIVO DO PARQUE MUNICIPAL DE SANTA CRUZ – CONCURSO PÚBLICO.**-----

----- Presente ofício n.º 11660, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de outubro último a remeter de conformidade com o deliberado pelo executivo na sua reunião de 16/10/2018, o relatório final do processo em título, para efeitos de autorização de repartição de encargos, uma vez que a atual repartição implica uma alteração considerável nos valores previstos inicialmente, prevendo-se agora que a despesa será totalmente realizada em 2019, no montante de € 415.855,14.-----

----- Tendo presente a competência prevista na alínea c), do n.º 1, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a repartição de encargos para a empreitada para a construção do campo desportivo do parque municipal de Santa Cruz – concurso público, prevendo-se que a despesa será totalmente realizada em 2019, no montante de € 415.855,14.-----

### **22.2 - PROPOSTA N.º 73/CM/2018 - EMPREITADA PARA REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO ENVOLVENTE AOS BAIROS FLORESTA, REIS E BARRETO – PARU08 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO, PORTUGAL 2020 E UNIÃO EUROPEIA, ATRAVÉS DO FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL:**-----

----- Presente ofício número 11875, da Câmara Municipal de Torres vedras, de 2 de novembro, a remeter de conformidade com o deliberado pelo executivo na sua reunião de 16/10/2018, o relatório final do processo em título, para efeitos de autorização de repartição de encargos, uma vez que, considerando o tempo necessário para a tramitação do procedimento, e a previsão de 455 dias de prazo para execução da empreitada.-----

----- Tendo presente a competência da assembleia municipal prevista na alínea c), do n.º 1, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a repartição empreitada para reabilitação do espaço público envolvente aos Bairros Floresta, Reis e Barreto – PARU08 (Programa Operacional Regional do Centro, Portugal 2020 e União Europeia, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), prevendo-se que a despesa fique repartida dom seguinte modo: 2018 - € 26.124,00 + IVA, 2019 - € 313.488,00 + IVA e 2020 - € 52.248,00 + IVA.-----

**22.3 - PROPOSTA N.º 74/CM/2018 – AQUISIÇÃO DE GASOLINA E GASÓLEO PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, EM POSTOS DE ABASTECIMENTOS PÚBLICOS, A CELEBRAR AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO N.º 5/2017 – ID 2643529 DA CC-OESTE:** -----

----- Presente ofício número 12188, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 15 de novembro último, a remeter de conformidade com o deliberado pelo executivo na sua reunião de 13/11/2018, o processo de fornecimento em título, solicitando que delibere quanto à autorização para a repartição de encargos, tendo em conta que a previsão das necessidades de consumo e o valor médio dos preços dos combustíveis, para um período de 3 anos, corresponde a um valor global de € 2.140.255,00. -----

----- Tendo presente a sua competência prevista na alínea c), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, na sua atual redação, a Assembleia Municipal de liberou, por unanimidade autorizar a repartição de encargos para aquisição de gasolina e gasóleo para a frota de veículos e máquinas do Município de Torres Vedras, em postos de abastecimentos públicos, a celebrar ao abrigo do acordo quadro n.º 5/2017 – ID 2643529 da CC-OESTE no total de € 2.140.255,00 distribuídos da seguinte forma: 2019 - € 535.060,00; 2020 – € 713.420,00; 2021 – € 713.420,00; e 2022 - € 178.355,00, aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor. -----

**22.4 - PROPOSTA N.º 75/CM/2018 – EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA INSTALAÇÃO DA PORTA DO BAIRRO – PAICD.2 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO PORTUGAL 2020 E UNIÃO EUROPEIA, ATRAVÉS DO FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL):** -----

----- Presente ofício número 12189, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 15 de novembro a remeter, de conformidade com o deliberado pelo executivo na sua reunião de 13/11/2018, a informação n.º 385/2018, de 07/11/2018, para efeitos de autorização de repartição de encargos, com a previsão de 301 dias de prazo para execução da empreitada. -----

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, tendo presente a sua competência prevista na alínea c), do n.º 1, do art.º 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06 deliberou, por unanimidade, autorizar a repartição de encargos para empreitada de reabilitação de edifício para instalação da Porta do Bairro – PAICD.02 (Programa Operacional Regional do Centro Portugal 2020 e União Europeia, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional prevendo-se que a despesa fique repartida do seguinte modo: 2019 - € 272.000,00 (+IVA) e 2020 - € 28.000,00 (+IVA). -----

**22.5 - PROPOSTA N.º 76/CM/2018 – EMPREITADA, EM LOTES, PARA REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS REFERENTES AOS NÚCLEOS C,D, E E F) – PAICD.4 – PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL – FASE 2 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO**

**PORTUGAL 2020 E UNIÃO EUROPEIA, ATRAVÉS DO FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL):**-----

-----Presente ofício número 12186, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 15 de novembro último, a remeter de conformidade com o deliberado pelo Executivo em sua reunião de 13/11/2018, a informação n.º 388/2018, de 07/11/2018 para efeitos de autorização de repartição de encargos, tendo em consideração a previsão para execução ser de 364 dias.-----

-----Tendo presente a sua competência prevista na alínea c), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a repartição de encargos, empreitada, em lotes, para reabilitação de edifícios referentes aos núcleos C,D, E e F) – PAICD.04 – Programa Municipal de Habitação Social – Fase 2 (Programa Operacional Regional do Centro Portugal 2020 e União Europeia, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) cuja obra se inicia em 2019 com a previsão de 364 dias, estimando-se que a despesa fique repartida da seguinte forma:-----

1 - PAICD.04 / NÚCLEO C - € 155.000,00 (sem IVA)-----

2019 - € 98 500,00 e 2020 - € 56 500,00.-----

2 - PAICD.04 / NÚCLEO D - € 77.551,09 (sem IVA)-----

2019 - € 62 515,96 e 2020 - € 15 035,13-----

3 - PAICD.04 / NÚCLEO E + NÚCLEO F - € 462.722,85 (sem IVA)-----

2019 - € 302 500,00 e 2020 - € 160 222,85-----

TOTAL - € 695.273,94-----

2019 - € 463.515,96 e 2020 - € 231.757,98-----

**22.6 - PROPOSTA N.º 80/CM/2018 – EMPREITADA DE REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO – PAICD.01 – “SOMOS COMUNIDADE” (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO PORTUGAL 2020 E UNIÃO EUROPEIA, ATRAVÉS DO FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL):**-----

-----Presente ofício número 12421, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28 de novembro, a remeter o processo em título, tendo presente em sua reunião de 27/11/2018, deliberou aprovar a abertura do procedimento de concurso público, para a empreitada em causa, cujo valor base é de € 195.000,00, acrescido de IVA à taxa em vigor, com a previsão de 364 dias de prazo para a execução.-----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, tendo presente a sua competência prevista na alínea c), do n.º 1, do art.º 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06 deliberou, por unanimidade, autorizar a repartição de encargos para a empreitada de reabilitação e ampliação de edifício – PAICD.01 – “Somos Comunidade” (Programa Operacional Regional do Centro Portugal 2020 e União Europeia, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), com o valor base de

€195.000,00, acrescido de IVA à taxa em vigor, repartido do seguinte modo: 2019 - € 162.500,00 (+IVA) e 2020 - € 32.500,00 (+IVA).-----

**23 - PROPOSTA N.º 77/CM/2018 - AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - SMASTV – EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS – EMISSÁRIO DO VALE DA AZENHA:**-----

----- Presente ofício número 12194 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 15 de novembro, a remeter de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 13/11/2018, ofício relativo à empreitada em título, visando a autorização para a assunção do compromisso plurianual, cujo valor global é de € 174.315,85, prevendo-se, no entanto que toda a despesa venha a ser efetuada em 2019.-----

----- Tendo presente a sua competência prevista na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a assunção de compromissos plurianuais da Empreitada de Obras Públicas – Emissário do Vale da Azenha dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras com o valor de € 174.315,85 prevendo-se que a toda despesa seja efetuada em 2019.-----

**24 - PROPOSTA N.º 78/CM/2018 – DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA CIDADE DE TORRES VEDRAS - TVD79:**-----

----- Presente ofício número 11876, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 2 de novembro, a remeter a proposta de delimitação em título de conformidade com o deliberado pelo executivo, por unanimidade, na sua reunião de 30/10/2018.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que esta proposta de delimitação corresponde à área da cidade que foi edificada há mais de 30 anos correspondente ao perímetro do aglomerado urbano de Torres Vedras em 1979, data em que a vila foi elevada a cidade.-----

----- Assinalou que estas ARUs são mais um instrumento que têm ao dispor que permite dar corpo à regeneração urbana da cidade. Neste modelo existe um conjunto de mecanismos que permite aos privados reabilitar os seus edificado.-----

----- Anunciou ainda que a seguir irão desenvolver ARUs nas freguesias.-----

----- O **Sr. João Rodrigues** fez a seguinte intervenção que se transcreve na integra:-----

----- “Quando se identificam um conjunto de "construções de interesse público", pretende dizer-se de "interesse municipal" ? Pois, se o objetivo é classificar e proteger estes imóveis, de acordo com a Lei Quadro do Património, os mesmos só fazem sentido na classificação municipal, pois a classificação de interesse público reporta a imóveis de interesse nacional no que não é obviamente o caso em apreço. Assim sugerimos a respetiva correção.-----

----- O dito "achado isolado romano" (n.º 25), no jardim junto à capela de S. João (cemitério), são na verdade duas peças pertencentes ao Chafariz dos Canos, e que deviam ser lá recolocadas.-----

----- O dito "Forte de S. João" (n.º 26) (capela / cemitério) refere-se a quê propriamente? Pelo que se sabe o que teria ali existido, seria uma " Bateria das Linhas de Torres", mas hoje não existem sequer vestígios, pois ficaram soterrados pelo cemitério-----

----- Pelo que sabemos, existem outras propostas de classificação de imóveis emanadas da Associação de Defesa do Património, nomeadamente os Armazéns na Rua Cândido dos Reis, ao lado da Soerad, o IVV entre outros...assim perguntamos se foi dado conhecimento a esta Associação desta proposta da ARU? E se se obteve o seu parecer." -----

----- O **Sr. Sérgio Jacinto** congratulou-se com o fecho da requalificação urbana da cidade e com a perspetiva de iniciar nas freguesias.-----

----- Tendo presente a sua competência prevista no n.º 1, do art.º 13º, do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23/10, (Regime Jurídico da Reabilitação Urbana), na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 32/2012, de 14/08, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a delimitação da área de reabilitação urbana da Cidade de Torres Vedras - TVD79. -----

**25 - PROPOSTA N.º 79/CM/2018 – RETIFICAÇÃO AO PROJETO DE ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PRIVADO SMART FARM COLAB - LABORATÓRIO COLABORATIVO PARA A INOVAÇÃO DIGITAL NA AGRICULTURA:**-----

----- Presente ofício número 11878, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 2 de novembro a remeter uma retificação aos estatutos em título aprovados em reunião do órgão deliberativo de 25/09/2018, uma vez que entre meados de setembro e início de outubro, foram rececionados os comentários dos vários gabinetes jurídicos das instituições de ensino superior que irão integrar a associação, nomeadamente: Instituto Politécnico de Leiria, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova e após análise dos referidos comentários, foi elaborada pela área jurídica uma 2.ª versão que integra as observações formuladas, a qual foi aprovada pelo executivo, por unanimidade, em sua reunião de 30/10/2018. -

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que se trata de uma pequena correção que resultou da integração das observações formuladas pelos gabinetes jurídicos das instituições de ensino superior que irão integrar a associação.-----

----- Ao abrigo das disposições conjugadas com a alínea n), do n.º 1, do art.º 25º, do RJAL, n.ºs 1 e 2, do art.º 53, e n.º 1, do art.º 59º, ambos do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAELOL), aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31/08, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a retificação ao projeto de estatutos da associação de direito privado SMART FARM COLAB - Laboratório Colaborativo para a Inovação Digital na Agricultura. --

----- Anota-se que todas as votações foram efetuadas no fim da reunião e estavam presentes todos os membros.-----

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

**ENCERRAMENTO:**-----

-----Pelas 00:10 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----

---

---

---